



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
2015
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Março/2016

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO CEFOR
RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – 2015
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
DADOS DA INSTITUIÇÃO	5
PERFIL INSTITUCIONAL	6
AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – CONCEPÇÃO E METODOLOGIA	8
2. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DO PROGRAMA	11
DESTAQUES	12
O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NÚMEROS	13
ENSINO	15
PESQUISA	26
EXTENSÃO	28
INDICADORES	36
3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DE CURSOS DO PROGRAMA	42
MESTRADO	44
ESPECIALIZAÇÃO	46
INFRAESTRUTURA	48
AVALIAÇÃO DE IMPACTO	51
4. PLANEJAMENTO DE AÇÕES	53
PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	53
GESTÃO INSTITUCIONAL	53
CORPO SOCIAL	54
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	54
INFRAESTRUTURA	54
5. CONCLUSÕES	55
ANEXO I	57
ANEXO II	58

1. INTRODUÇÃO

Este Relatório de Autoavaliação Institucional, referente ao exercício de 2015, foi elaborado sob a supervisão da Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída pela Portaria do Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, nº 01, de 15/1/2015, em cumprimento ao disposto no Art. 11 da Lei nº 10.861, de 14/4/2004, e no Art. 7º da Portaria nº 2.051, de 9/7/2004.

O objetivo deste relatório é sistematizar os resultados do processo de autoavaliação institucional implementado pelo Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), escola de governo vinculada à Câmara dos Deputados, que visa obter melhorias na qualidade acadêmica e incrementar a relevância social da sua função educacional.

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da IES: Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), escola de governo vinculada à Câmara dos Deputados.

Código da IES: 201207891

Caracterização de IES: Instituição pública federal – escola de governo

Estado: DF Município: Brasília

Ato do credenciamento: Portaria MEC nº 51, de 11/1/2005 (em processo de credenciamento, nos termos da Resolução CNE/CES nº 7/2001 e Parecer CNE/CES nº 295/2013).

Composição da CPA:

Titular	Suplente	Segmento que representa
Gustavo Silva de Salles (Presidente)	Raquel Braga Rodrigues	Corpo diretivo
Fernando Sabóia Vieira (Vice-Presidente)	Romiro Ribeiro	Corpo docente
Juliana França Marinho	Marcos Vinícius Ferrari	Corpo discente
Luiz Mário Ribeiro Silva	José Aparecido Carrilho	Egressos
Ricardo Senna Guimarães	Natércia Micheletti Viana	Corpo técnico-administrativo
Pedro Koshino (TCU)	Sebastião Silva Magalhães Júnior	Sociedade civil

Período de mandato da CPA: 15/1/2015 a 14/1/2017.

Atos de designação da CPA: Portaria-DG nº 1/2015 e Portaria-DG nº 2/2015.

PERFIL INSTITUCIONAL

MISSÃO

O Programa de Pós-Graduação do Cefor tem como missão promover a formação superior de profissionais para o Poder Legislativo, bem como a produção e a disseminação sistemática de conhecimentos, práticas e valores do Parlamento, contribuindo para o aprimoramento institucional da Câmara dos Deputados e o fortalecimento da democracia no Brasil.

OBJETIVO

Contribuir para o aprimoramento da atuação institucional do Parlamento por meio da formação de profissionais em cursos de pós-graduação e da organização, da produção e da circulação de conhecimento específico da Câmara dos Deputados, e do Poder Legislativo, em geral.

ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

Para cumprir sua missão, o Programa de Pós-Graduação oferece cursos lato e stricto sensu interligando diversas áreas de saber relacionadas às atividades do Legislativo. São áreas mais notoriamente abrangidas pelos cursos: Ciência Política, Direito, Administração Pública e Comunicação Social.

AÇÃO INSTITUCIONAL

O Programa de Pós-Graduação tem vinculação orgânico-institucional direta com o Cefor e com a Câmara dos Deputados e mantém escopo de atuação consistente com as atribuições constitucionais da mantenedora, especificamente seus processos legislativos e administrativos. O foco é a formação superior de profissionais com habilidades e competências necessárias à análise crítica dos diversos aspectos do Poder Legislativo, capazes de apresentar contribuições para o aprimoramento das funções da Câmara dos Deputados e demais casas legislativas, sobretudo aquelas ligadas ao fortalecimento da democracia e do exercício da cidadania.

Em sua atuação pedagógica, o Programa possui orientação estratégica para os eixos de ensino, pesquisa e extensão, que constituem vertentes integradas e complementares de atuação. Oferece ampla gama de cursos de pós-graduação voltados ao público interno e à sociedade em geral. Apresenta forte atuação em pesquisa, por meio de Grupos de Pesquisa e Extensão que congregam docentes, discentes e pesquisadores internos e externos. É relevante, também, a atuação em publicações, especialmente por meio de periódico científico próprio, a revista E-Legis, classificada como Qualis B2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais.

O Programa instala-se em edifício próprio do Cefor, que apresenta condições adequadas para realização de suas atividades e bom nível de acessibilidade universal. Compartilha sinergicamente dos recursos e instalações da Câmara dos Deputados, usufruindo dos espaços de atuação política e, especialmente, da biblioteca, que possui elevado nível de serviços e volumoso acervo.

HISTÓRICO

O Cefor foi instituído pelo Ato da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados nº 69, de 1997, "...com a finalidade de planejar, promover, executar e avaliar programas e atividades de recrutamento, seleção, atualização, aperfeiçoamento, especialização e desenvolvimento de recursos humanos". O Centro foi criado com amplas competências que o permitem atuar tanto na oferta de cursos de formação previstos no plano de carreira, até a extensão de suas ações e objetivos à comunidade, incluindo a possibilidade de realização de convênios de intercâmbio e cooperação mútua com entidades e instituições públicas e particulares, a prestação de serviços relacionados às suas atividades e fins institucionais e o desenvolvimento e execução de programas, projetos e atividades de capacitação.

A partir de 1998, em convênio com a Universidade de Brasília, o Cefor passou a oferecer cursos de pós-graduação lato sensu, tendo realizado quatro turmas sucessivas do curso de Especialização em Desenvolvimento Gerencial e duas turmas do curso de Especialização em Gestão Legislativa. Com esses cursos, o Cefor aprimorou a formação dos servidores em meio acadêmico. Mais de 200 servidores se especializaram e suas monografias trouxeram importantes reflexões sobre a instituição Câmara dos Deputados.

Com o amadurecimento de suas iniciativas, em 2003, o Cefor estabeleceu estudos para um Programa de Pós-Graduação próprio, com o objetivo de configurar uma face mais acadêmica para o conhecimento produzido na Casa. Em 2004, o processo foi concluído e enviado ao MEC para credenciamento, que ocorreu no ano seguinte, por meio da Portaria MEC nº 51/2005. A partir do seu credenciamento especial, o Programa passou a oferecer três cursos: Especialização em Processo Legislativo, Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo e Especialização em Orçamento Público, este último em parceria com Instituto Serzedelo Corrêa, do Tribunal de Contas da União (TCU). Na sequência, o Programa de Pós-Graduação instituiu os Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs), que possuem, como diretrizes: diagnosticar dificuldades e apresentar soluções para questões relativas à organização e ao funcionamento do Poder Legislativo; promover a análise, a sistematização e o aprimoramento das suas práticas; e, ainda, ampliar o conhecimento produzido na Casa sobre o Legislativo e torná-lo acessível aos cidadãos.

De 2005 a 2015 o Programa de Pós-Graduação ampliou o número de cursos e, atualmente oferece, de maneira alternada, dez diferentes cursos de pós-graduação lato sensu. Cada curso atende a uma turma de até 30 alunos selecionados em processo público. As turmas são formadas por servidores do quadro efetivo da Câmara dos Deputados, por ocupantes de cargos de livre nomeação, por servidores de instituições públicas e privadas e pela sociedade em geral. O corpo docente desses cursos é composto por servidores titulados, com experiência de magistério, e por professores convidados de instituições de ensino superior. A abrangência dos temas relacionados aos vários cursos desenvolvidos pelo Programa de Pós-Graduação revela a diversidade de assuntos a serem tratados quando se considera a perspectiva dos conhecimentos próprios da atividade legislativa, sobretudo na perspectiva do ensino.

Em 2007, o Cefor ganhou novas instalações físicas, um espaço moderno e adequado para receber alunos, professores, servidores e cidadãos. Configura-se em estrutura preparada para as recentes demandas advindas do processo de

modernização provocado pelo planejamento estratégico das áreas da Câmara dos Deputados.

Em outubro de 2011, a Capes aprovou a criação do Curso de Mestrado Profissional em Poder Legislativo, área de concentração Ciência Política e Relações Internacionais, oferecido pelo Programa de Pós-Graduação. As aulas tiveram início em março de 2013, tendo sido formadas quatro turmas desde então, com ingresso de 61 alunos regulares, além de grande quantidade de alunos especiais.

Desde a sua criação, em 2005, o Programa de Pós-Graduação vem se consolidando como espaço de formação superior de profissionais para o Poder Legislativo e de produção e disseminação sistemática de conhecimentos, práticas e valores do Parlamento. Por meio de três vertentes integradas e complementares – ensino, pesquisa e extensão – o Programa estimula o aprofundamento de conhecimentos e competências necessárias ao domínio de funções definidas para a atuação qualificada no âmbito do Poder Legislativo, contribuindo para o fortalecimento da democracia.

Como artífice da educação legislativa, o Cefor realiza programas voltados para a sociedade, como o Estágio-Visita, que recebe universitários do país inteiro; o Parlamento Jovem, organizado para alunos do ensino médio de vários estados do Brasil; e treinamento para professores da rede de ensino do país que utilizam a plataforma do Plenarinho (público infantil). Estas e outras ações voltadas ao público externo estão descritas no capítulo 2 deste relatório.

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – CONCEPÇÃO E METODOLOGIA

A avaliação e seu processo são valorizados pelo Programa de Pós-Graduação do Cefor, com base nos princípios de participação dos atores e sob a perspectiva de orientação formativa, visando ao desenvolvimento qualitativo da instituição, dos seus educandos e educadores.

Vista e praticada como processo sistemático de obter, organizar, analisar, interpretar informações e formular juízos de valor, a avaliação direciona-se à efetividade dos resultados, oferecendo subsídios para mudanças com vistas ao desenvolvimento institucional, individual e coletivo. Assim, o Programa passa a ter elementos para o seu autoconhecimento e, dessa forma, adquire condições para direcionar e aperfeiçoar suas ações.

O foco da autoavaliação institucional se concentra no cumprimento da missão e no atingimento das metas e objetivos definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Tem como parâmetros as dimensões definidas no instrumento de avaliação institucional externa para o segmento de escolas de governo, estabelecidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e nos critérios instituídos pela área de Ciência Política e Relações Internacionais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a fim de manter-se dentro dos padrões de qualidade esperados pela sociedade.

O processo de autoavaliação institucional configura-se em duas etapas sistemáticas, que se realizam continuamente e se complementam: a avaliação estratégica do Programa e a avaliação de cursos.

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DO PROGRAMA

O crescimento consistente do Programa desde a sua implantação, em 2005, fortalece a necessidade de se autoavaliar quanto ao cumprimento da sua missão, das políticas estabelecidas para o ensino, a pesquisa e a extensão, além dos demais indicadores de qualidade e desenvolvimento institucional. Assim, visando também atender às exigências dos órgãos reguladores (principalmente MEC e Capes), o Programa de Pós-Graduação vem intensificando esforços para analisar-se internamente de forma sistemática e objetiva, tendo por base o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Cefor, implantada em 2014, é o órgão colegiado responsável por conduzir os processos de autoavaliação institucional e pela sistematização e prestação das informações aos órgãos reguladores. Além do atendimento da legislação visando à oferta de cursos lato sensu, a atuação da CPA busca aprimorar a qualidade das ações do Cefor por meio de avaliação conduzida por um colegiado com atuação autônoma.

A CPA tem composição abrangente, contemplando os diversos segmentos da comunidade acadêmica, com representantes do Cefor, do corpo docente, do corpo discente, dos egressos, do corpo técnico-administrativo e da sociedade civil organizada.

O ano de 2015 foi marcado pela realização da avaliação externa do MEC, com a visita de comissão de avaliação ao Cefor no período de 1º a 5 de dezembro. O relatório de avaliação emitido pela comissão concluiu favoravelmente pelo credenciamento do Cefor para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, estabelecendo conceito final 4 (em escala que varia do mínimo de 1 e máximo de 5). Foram analisadas as cinco dimensões previstas no instrumento de avaliação externa específico para as escolas de governo instituído pelo Inep. Os conceitos obtidos pelo Cefor em cada dimensão avaliada foram: Planejamento e desenvolvimento institucional (3,9); Gestão institucional (3,6); Corpo social (3,8); Desenvolvimento profissional (4,0); Infraestrutura (4,1).

No relatório foram apontados os aspectos positivos encontrados pela comissão e descritos os pontos que necessitam de aperfeiçoamento. Como conclusão, o relatório expõe que:

O Cefor, numa leitura global e sistêmica, tem uma estrutura e uma dinâmica organizacional de alto nível, apesar dos apontamentos aplicados em alguns quesitos que não comprometem a percepção geral, que foi bastante positiva. Destacamos a atitude empreendedora na criação de grupos de pesquisa institucionais com ênfase na pesquisa para melhoria da própria instituição, bem como no estímulo ao corpo docente na construção de trabalhos de conclusão de curso mais propositivos na forma de produtos ou serviço.

O relatório destaca, ainda, a informação de convalidação dos cursos oferecidos pelo Programa no interregno entre a expiração do credenciamento como instituição especialmente credenciada e o credenciamento como escola de governo. Conduz-se, assim, para que os alunos de três cursos realizados nesse período tenham direito ao certificado de conclusão com a chancela do MEC.

AVALIAÇÃO DE CURSOS DO PROGRAMA

A avaliação de cursos do Programa de Pós-Graduação do Cefor é promovida por métodos e instrumentos que combinam abordagens quantitativa e qualitativa. Alcança todo o percurso do aluno, desde o seu ingresso, com a elaboração do perfil de cada turma para orientar a prática docente e da coordenação, até a avaliação de egressos, realizada após dois anos de conclusão do curso. Alunos, professores, orientadores e chefes imediatos são chamados a participar, em momentos específicos, com suas visões distintas e contextualizadas para aperfeiçoamento dos cursos e do Programa como um todo.

O fluxo de Avaliação de Cursos do Programa tem seis etapas, como ilustrado na Figura 1.

Figura 1: Fluxo de avaliação de cursos do Programa de Pós-Graduação



Cada etapa possui seus instrumentos próprios e formas de aplicação específicas, que são detalhadas no capítulo 3 – Resultados da avaliação de cursos do Programa, onde são especificadas as metodologias das avaliações efetuadas em 2015.

2. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DO PROGRAMA

A Coordenação de Pós-Graduação (Copos), responsável pelo Programa de Pós Graduação do Cefor, da Câmara dos Deputados, conforme planejamento definido para o ano de 2015, desenvolveu suas ações de forma a dar continuidade às atividades de ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as Diretrizes Estratégicas estabelecidas para a Casa e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) estabelecido para o período 2011-2016. As determinações dos órgãos reguladores balizam a atuação do Programa. Dessa forma, são seguidas as recomendações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), específicas para as escolas de governo, em relação aos cursos de especialização, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para avaliação do Mestrado Profissional em Poder Legislativo.

As Diretrizes Estratégicas da Câmara dos Deputados particularmente alcançadas pelo Programa de Pós-Graduação são as de nºs 1 e 6. A Diretriz Estratégica nº 1 firma o aspecto da “Sintonia”, definindo como linhas de atuação “1.2 Promover o debate dos grandes temas nacionais” e “1.3 Elaborar, de forma sistemática, estudos e análises dos grandes temas nacionais e das políticas públicas”. A Diretriz Estratégica nº 6 relaciona-se à dimensão da “Cidadania”, estabelecendo como linhas de atuação “6.1 Favorecer o entendimento da sociedade sobre o papel do Legislativo, o funcionamento da instituição e as atividades dos deputados; 6.2 Desenvolver e aperfeiçoar programas institucionais de educação política para os públicos interno e externo; 6.3 Cooperar com o sistema educacional brasileiro para o desenvolvimento do tema cidadania ativa; e 6.4 Aperfeiçoar práticas de cidadania no âmbito interno”.

Nesse contexto, o Programa de Pós-Graduação do Cefor, pelas suas características próprias, configura-se como espaço privilegiado de atuação da Câmara dos Deputados com foco nas premissas propostas, atuando fortemente em educação continuada e na produção e disseminação do conhecimento legislativo. Essa perspectiva se reforça ainda mais com o processo de credenciamento como escola de governo para a oferta de cursos lato sensu, com a consolidação do Mestrado Profissional em Poder Legislativo e com a ampliação das ações do Programa em nível nacional e internacional.

DESTAQUES

No ano de 2015, as seguintes realizações merecem destaque:

- Recebimento de visita da comissão avaliadora do MEC, que concluiu favoravelmente pelo credenciamento do Cefor como escola de governo para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, estabelecendo conceito final 4 (em escala que varia 1 a 5) em seu relatório final.
- Indicação, no relatório da comissão de avaliação do MEC, da convalidação dos cursos oferecidos pelo Programa no interregno entre a expiração do credenciamento como instituição especialmente credenciada e o credenciamento como escola de governo. Assim, os alunos de três cursos realizados nesse período possivelmente terão direito ao certificado de conclusão com a chancela do MEC.
- Crescimento médio de 7% dos seguintes indicadores do Programa no ano de 2015: quantidade de cursos ofertados, alunos ingressantes e egressos.
- Atingimento da quantidade de 23 mestres formados no Mestrado Profissional em Poder Legislativo.
- Realização, pela primeira vez no Cefor, de uma Escola de Altos Estudos, programa da Capes para fomentar a cooperação acadêmica e o intercâmbio internacional, com a oferta de uma disciplina optativa do Mestrado ministrada por professor-doutor da Sciences Po Paris.
- Promoção de eventos com participação de professores e pesquisadores de renome nacional e internacional, com relevante presença de público.
- Crescimento de 32% da quantidade de candidatos a aluno regular do Mestrado em relação à média dos anos anteriores.
- Crescimento da demanda também na especialização, com o Curso de Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL) atingindo o maior Índice Candidato/Vaga desde 2005.
- Avanço de uma posição da Revista E-Legis no sistema de avaliação Qualis/Capes, alcançando classificação B2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais. Essa conquista reforça a relevância da revista e gera maior perspectiva de ampliar seu reconhecimento pela comunidade científica.
- Realização da VI Jornada de Pesquisa e Extensão, juntamente com o I Colóquio de Estudos Legislativos, sobre o tema “Reforma Política e Participação”, com público de 119 participantes e apresentação de 45 trabalhos.
- Aumento da produção intelectual de professores e alunos do Mestrado, inclusive em periódicos classificados como A1 e A2 no Qualis, na área de Ciência Política e Relações Internacionais, com impacto positivo para o Programa na avaliação da Capes.

O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NÚMEROS

Quantidade de cursos (2005-2015)	28
- Lato Sensu	22
- Stricto Sensu	6
Alunos regulares (2005-2015)	740
Egressos (2005-2015)	577
Índice de evasão – Especialização (2005-2015)	8,9%
Índice de evasão – Especialização – cursos próprios (2005-2015)	8,2%
Alunos regulares atendidos (2015)	146
Alunos especiais atendidos – Mestrado (2015)	80
Índice de evasão de alunos especiais – Mestrado (2013-2015)	29%
Índice candidato/vaga – Especialização – cursos próprios (2005-2015)	1,94
Índice candidato/vaga – Mestrado (2013-2015)	2,37
Idade média das turmas (2005-2015)	38,5 anos
Sexo (2005-2015)	F: 46% M: 54%
Tempo médio de trabalho na instituição (2005-2015)	8 anos
Alunos servidores da Câmara dos Deputados (2005-2015)	80%
- Servidores efetivos	75%
- Secretários Parlamentares	15%
- CNEs	10%
Alunos da área legislativa da Câmara dos Deputados (2005-2015)	64%
Alunos da área administrativa da Câmara dos Deputados (2005-2015)	36%
Alunos com mais de uma graduação (2005-2015)	13%
Alunos com especialização (2005-2015)	30%
Alunos com mestrado (2005-2015)	6%
Alunos com doutorado (2005-2015)	1%
Alunos que se autodeclararam da raça/cor branca (2014-2015)	59%
Alunos que se autodeclararam da raça/cor parda (2014-2015)	27%
Alunos que se autodeclararam da raça/cor preta (2014-2015)	3%
Alunos que se autodeclararam da raça/cor amarela (2014-2015)	1%
Alunos que não se autodeclararam/não preencheram (2014-2015)	10%

Quantidade de professores – cursos próprios (2005-2015)	89
Professores servidores da CD – Especialização (2005-2015)	80%
- Servidores efetivos	96%
Quantidade de professores – Mestrado (2013-2015)	20
Professores com titulação mestre/doutor – Especialização – cursos próprios (2005-2015)	79%
Índice de Qualificação do Corpo Docente – Especialização (2005-2015)	3,6
Índice de Qualificação do Corpo Docente – Mestrado (2013-2015)	5,0
Índice de Qualificação do Corpo Docente – Programa (2005-2015)	3,9
Grupos de Pesquisa e Extensão - GPEs (2015)	29
Pesquisadores membros dos GPEs (2015)	122
Pesquisadores mestres, doutores ou pós-doutores nos GPEs (2015)	58%
Livros publicados pelo Programa (2005-2015)	11
Edições da Revista E-Legis (2008-2015)	18
Artigos publicados na Revista E-Legis (2008-2015)	117
Quantidade de downloads de artigos da Revista E-Legis (2008-2015)	90.490
Artigos em periódicos científicos de professores do Mestrado (2015)	39
Livros (ou capítulos) de professores do Mestrado (2015)	11
Trabalhos em anais de congressos de professores do Mestrado (2015)	4
Artigos em periódicos científicos de alunos do Mestrado (2015)	8
Livros (ou capítulos) de alunos do Mestrado (2015)	1
Trabalhos em anais de congressos de alunos do Mestrado (2015)	2
Eventos realizados pelo Programa (2015)	9
Público nos eventos (2015)	664

Em seu funcionamento pedagógico, o Programa de Pós-Graduação do Cefor atua em três vertentes integradas e complementares: ensino, pesquisa e extensão.

A vertente do ensino corresponde à formação de profissionais altamente qualificados para aprofundar e complementar conhecimentos e competências necessárias ao domínio de funções definidas na sua atuação profissional, por meio de cursos de pós-graduação interligando diversas áreas de saber relacionadas às atividades do Legislativo. São áreas mais notoriamente abrangidas pelos cursos a Ciência Política, o Direito, a Administração Pública e a Comunicação Social.

Desde o início de suas atividades, em 2005, o Programa vem se estruturando no sentido de oferecer diversas oportunidades de educação legislativa em nível de pós-graduação. São realizados cursos lato e stricto sensu, que podem ser próprios, em parceria ou contratados, conforme demonstrado na Figura 2.

Figura 2: Oferta de Cursos do Programa



Até o final de 2015 o Programa realizou 28 cursos, com entrada de 740 alunos regulares. Concluíram seus cursos com aprovação 577 alunos, incluindo os 23 mestres formados no Mestrado Profissional em Poder Legislativo. A Tabela 1 relaciona os cursos realizados e a quantidade de alunos atendidos.

Tabela 1: Cursos realizados pelo Programa
2005 - 2015

Curso	Regime	Quantidade de turmas	Quantidade de alunos
Mestrado Profissional em Poder Legislativo	Próprio	4	61
Especialização em Processo Legislativo (PL)	Próprio	5	148
Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo (IP)	Próprio	4	111
Especialização em Política e Representação Parlamentar (PRP)	Próprio	2	59
Especialização em Legislativo e Políticas Públicas (LPP)	Próprio	1	30
Especialização em Gestão Pública Legislativa (GPL)	Próprio	1	21
Especialização em Parlamento e Direito (PD)	Próprio	1	19
Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL)	Próprio	1	30
MBA em Governança Legislativa	Próprio	1	28
Especialização em Orçamento Público (OP)	Parceria	3	100
Especialização em Auditoria Interna e Controle Governamental (AICG)	Parceria	1	33
Especialização em Psicodinâmica do Trabalho	Contratado	1	25
Especialização em Contabilidade Pública	Contratado	1	30
Mestrado e Doutorado Interinstitucionais em Ciência Política - Iuperj	Contratado	1	30
Doutorado Interinstitucional em Ciência Política (Dinter) - Iesp - UERJ	Contratado	1	15
Total		28	740

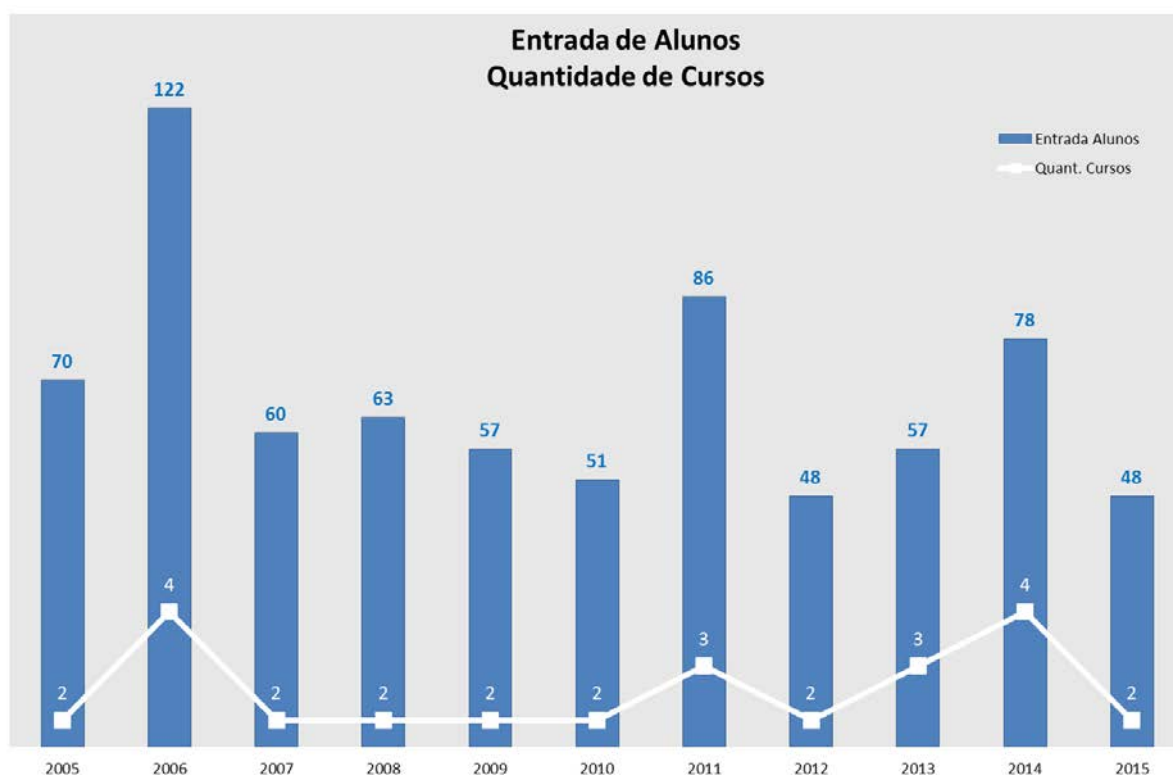
A Tabela 2 discrimina a quantidade de cursos encerrados e em andamento até dezembro de 2015.

Tabela 2: Cursos encerrados e em andamento
2005 - 2015

		Encerrados até dez/2015	Em andamento em dez/2015	Total
Cursos próprios	Lato sensu (especialização)	14	2	16
	Turmas Mestrado	-	4	4
Cursos em parceria		4	-	4
Cursos contratados		3	1	4
Total		21	7	28

A evolução ao longo do tempo, tanto da quantidade de cursos realizados, quanto do número de alunos ingressantes, demonstra que o Programa vem alcançando sua consolidação no âmbito da Câmara dos Deputados e que possui atratividade para profissionais que atuam no Poder Legislativo e em outras instâncias de governo. O Gráfico 1 demonstra essa evolução no período 2005-2015.

Gráfico 1: Quantidade de cursos iniciados e de alunos regulares matriculados
2005-2015



O consistente crescimento do Programa pode ser verificado pela variação positiva da oferta de cursos, da quantidade de alunos ingressantes e pelo número de egressos. No ano de 2015, o crescimento desses indicadores foi da ordem de 7%. O índice de evasão nos cursos de especialização se mantém relativamente baixo, na faixa entre 8% e 9%. A Tabela 3 demonstra os principais indicadores de evolução do Programa.

Tabela 3: Indicadores de evolução do Programa
2005 - 2015

Indicadores	Até dez/2014	Até dez/2015	Variação %
Quantidade de cursos	26	28	7,7%
Quantidade de alunos regulares matriculados	692	740	7%
Quantidade de egressos	540	577	7%
Índice de evasão (Especialização)	8,4%	8,9%	
Índice de evasão (Especialização - cursos próprios)	7,6%	8,2%	

Especificamente no ano de 2015, o Programa atendeu a 146 alunos regulares, considerando todos os cursos em andamento. A Tabela 4 discrimina os dados relativos a 2015.

Tabela 4: Quantidade de alunos regulares atendidos em 2015

Curso	Alunos regulares 2015
Especialização em Parlamento e Direito (PD)	16
MBA em Governança Legislativa	28
Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL)	30
Mestrado - 1º sem/2013	11
Mestrado - 2º sem/2013	13
Mestrado - 2º sem/2014	15
Mestrado - 2º sem/2015	18
Doutorado Interinstitucional em Ciência Política (Dinter) - Iesp - UERJ	15
Total	146

Além do quantitativo de alunos regulares descrito anteriormente, o Programa instituiu, a partir de 2013, a figura de aluno especial, que é aquele matriculado em disciplinas isoladas dos cursos stricto sensu e lato sensu. Pelas regras do Programa, o aluno especial pode se matricular em até quatro disciplinas, respeitado o limite de até duas disciplinas por semestre. Os créditos obtidos podem ser aproveitados futuramente quando da entrada como aluno regular. Essa modalidade de ingresso contribui para dinamizar o curso e possibilitar que interessados em se tornar alunos regulares conheçam as propostas de ensino e pesquisa.

LATO SENSU

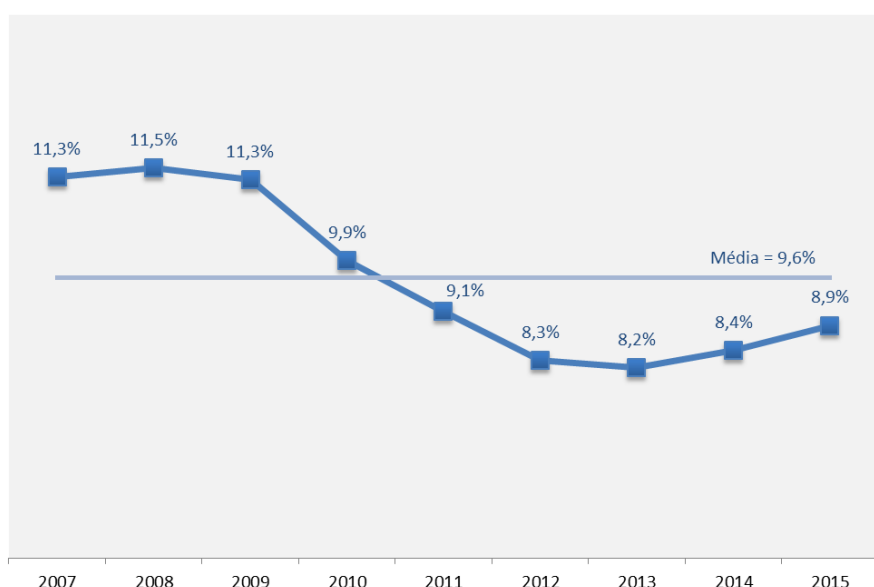
Um novo curso lato sensu foi iniciado no segundo semestre de 2015: Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL), com o objetivo de especializar profissionais e capacitá-los para a investigação rigorosa dos eventos associados à influência da mídia no jogo social e político. A turma, composta por meio de processo seletivo realizado durante o 1º semestre de 2015, é formada por 30 alunos. Foram disponibilizadas 30 vagas, para as quais concorreram 68 inscritos, resultando em índice candidato/vaga de 2,27, o mais alto observado nas seleções para os cursos de especialização desde 2005.

O Curso de Especialização em Parlamento e Direito (PD) encerrou no primeiro semestre, com as defesas realizadas em junho e 15 alunos aprovados. O índice de evasão desse curso foi relativamente alto, atingindo 21%. Uma questão foi relevante para esse percentual: o curso sofreu adiamento após ter iniciado em função de concurso público realizado pela Câmara dos Deputados, o que precipitou a saída de alguns alunos.

O MBA em Governança Legislativa teve as defesas realizadas em agosto e setembro, com 24 alunos aprovados. O prazo regulamentar do curso se encerrará no primeiro semestre de 2016.

O índice de evasão, considerando desistentes e reprovados em todos os cursos lato sensu (próprios e contratados), vem sofrendo ligeira elevação nos últimos dois anos, chegando a 8,9% ao final de 2015 com o encerramento do Curso de Especialização em Parlamento e Direito (PD). Esse resultado, entretanto, mantém-se abaixo da média histórica do Programa, que é de 9,6%. O Gráfico 2 apresenta a evolução do índice de evasão dos cursos lato sensu.

Gráfico 2: Índice de evasão dos cursos lato sensu
2007-2015



STRICTO SENSU

Foi iniciada a quarta turma do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, com ingresso de 18 alunos regulares no segundo semestre. O processo seletivo contou com 45 inscritos, representando índice candidato/vaga de 2,5 para este período. Novamente, o perfil da turma se caracterizou pelo predomínio de servidores efetivos da Câmara dos Deputados, representando 78% dos ingressantes. Três alunos selecionados são oriundos do Senado e um da Anatel.

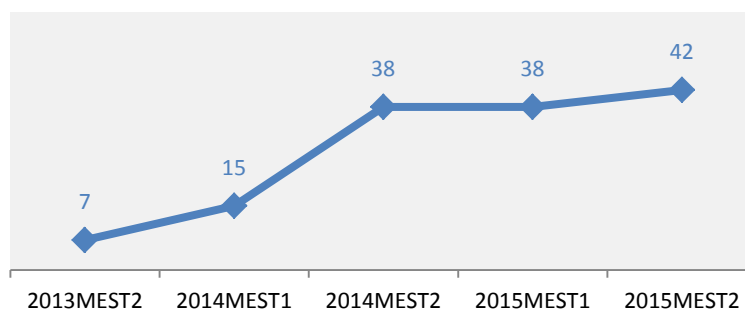
Ao final de 2015, dos 61 alunos ingressantes desde a primeira turma, o Mestrado possuía 34 alunos regulares ativos e 23 mestres formados. A Tabela 5 relaciona o fluxo histórico de entradas de alunos, interrupções do ciclo escolar (reprovações e trancamentos), mestres formados e alunos ativos desde a primeira turma do Mestrado.

Tabela 5: Fluxo de alunos do Mestrado
2013 - 2015

	2013		2014	2015	Consolidado
Entradas	12	15	16	18	61
Interrupções	1	2	1	-	4
Mestres	10	13	-	-	23
Ativos	1	-	15	18	34

No ano de 2015 houve expressivo aumento na quantidade de candidatos interessados em ingressar no Mestrado como aluno especial, seguindo tendência já verificada nos anos anteriores. Na soma dos dois semestres foram aceitos 80 alunos, resultando em 110 matrículas em disciplinas do Mestrado. Desses alunos, 18 são externos, ou seja, não pertencentes ao quadro de servidores da Câmara dos Deputados. O Gráfico 3 demonstra a evolução da quantidade de alunos especiais por semestre do Mestrado.

Gráfico 3: Quantidade de alunos especiais do Mestrado por semestre
2013-2015



O índice de evasão específico dessa categoria de alunos especiais tem se demonstrado alto, principalmente em comparação ao verificado nos cursos lato sensu. Em 2015, entretanto, houve redução desse índice para 29%, já que em 2014 havia atingido 40%. A evasão mais elevada de alunos especiais é esperada, pois a proposta dessa modalidade de inscrição é permitir que o aluno conheça o curso e avalie se é do seu interesse avançar nos estudos.

No ano de 2015 também foram matriculados 43 alunos especiais na disciplina Política Contemporânea na América Latina, como parte do Programa “Escola de Altos Estudos” da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A disciplina, que teve carga horária de 30 horas aula e atendeu, no total, a 65 alunos, foi ministrada pelo Professor Doutor Olivier Dabène, que atua no Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po Paris) desde 2005 e possui extenso currículo reconhecido internacionalmente na área de Ciência Política. O Programa “Escola de Altos Estudos” é iniciativa da Capes para fomentar a cooperação acadêmica e o intercâmbio internacional em cursos de programas de pós-graduação stricto sensu e foi realizado pela primeira vez pelo Cefor.

ALUNOS

A idade média das turmas dos cursos lato e stricto sensu em 2015 é de 38,5 anos, alinhando-se ao padrão dos anos anteriores. Em 2013, a idade média subiu para 41 anos e caracterizou um pico, decorrente da entrada de duas turmas de alunos do Mestrado, caindo desde então.

Pequena maioria dos alunos continua sendo do sexo masculino (54%), situação que permaneceu inalterada em relação a 2014. Da mesma forma, a maior parte dos alunos é servidor da Câmara dos Deputados (80%), participação que vem crescendo ligeiramente ano a ano.

Os Gráficos 4 e 5 demonstram a evolução desses indicadores no período 2011 a 2015.

Gráfico 4: Idade média das turmas
2011-2015

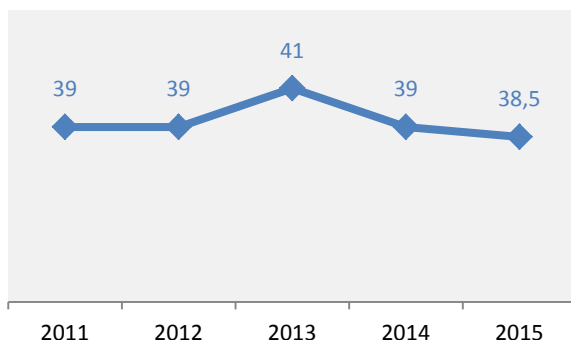
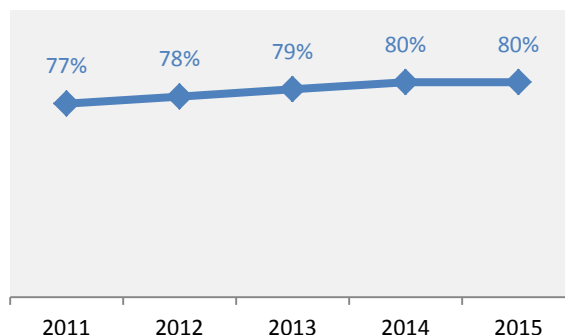
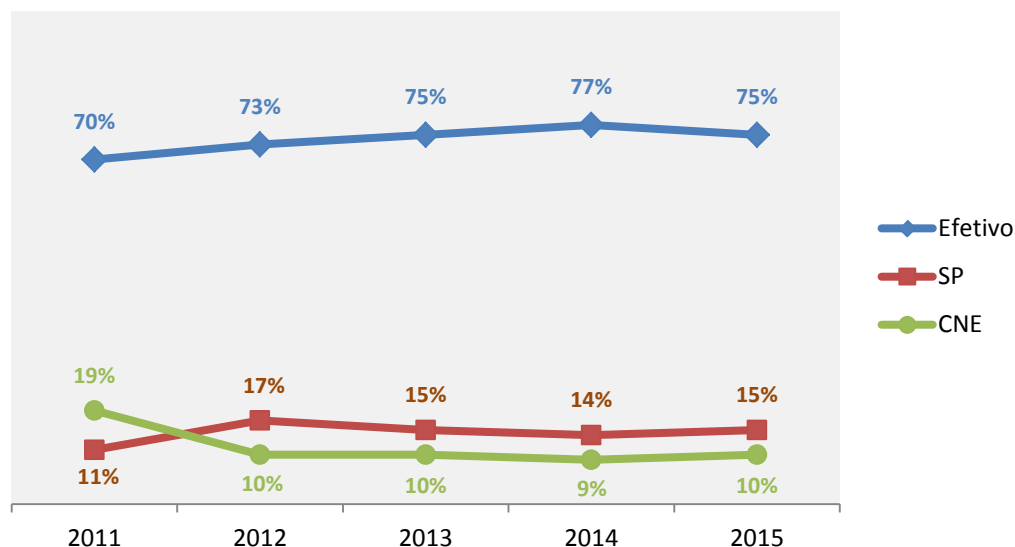


Gráfico 5: Participação de servidores da CD nas turmas
2011-2015



Dos alunos servidores da Câmara dos Deputados, 75% são Servidores Efetivos, 15% Secretários Parlamentares (SPs) e 10% ocupantes de Cargos de Natureza Especial (CNEs). Ao longo dos últimos anos a participação de Servidores Efetivos vinha aumentando, decorrente da realização de turmas fechadas de cursos contratados junto à UnB (Psicodinâmica do Trabalho e Contabilidade Pública). Nesses cursos não há participação de Secretários Parlamentares e CNEs. No ano de 2014 essa tendência se manteve devido à realização do MBA em Governança Legislativa, cuja turma é composta exclusivamente de servidores efetivos. Especificamente no ano de 2015, houve ligeiro crescimento da participação de SPs e CNEs decorrente do início do Curso de Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL), com expressiva participação desses segmentos. O Gráfico 6 apresenta essa evolução.

Gráfico 6: Participação de Servidores Efetivos, SPs e CNEs
2011-2015



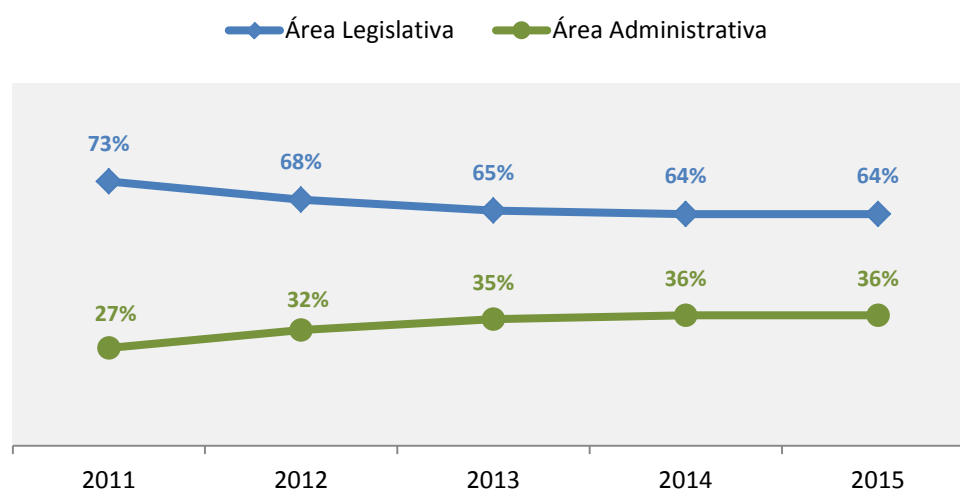
Os alunos externos pertencem, principalmente, às instituições que mantêm acordo de cooperação com a Câmara dos Deputados, tais como: Tribunal de Contas da União (TCU), Senado Federal (SF), Câmara Legislativa do DF (CLDF), Controladoria Geral da União (CGU) e Advocacia Geral da União (AGU). Há participação de alunos de entidades representativas, como a Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade (Abralatas), a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Como os cursos são abertos à comunidade, há presença de alunos ligados a diversas instituições, como a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a Secretaria de Educação do DF, a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e a Universidade de Brasília (UnB), bem como de alunos sem vínculo empregatício.

A média de tempo de trabalho dos alunos nas suas respectivas instituições, que era de cerca de 9,5 anos, caiu em 2014 para 8,2 anos, e mais ainda em 2015, para 8 anos. As turmas que iniciaram em 2015 têm média mais baixa: a quarta turma do Mestrado tem média de 6 anos e a turma do Curso de Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL) tem média de 5,5 anos.

Na Câmara dos Deputados, a maioria dos alunos (64%) atuava na área legislativa, em órgãos como Lideranças, Gabinetes Parlamentares, nas diversas comissões ligadas ao Departamento de Comissões (Decom), no Centro de Documentação e Informação (Cedi), na Consultoria Legislativa, na Secretaria-Geral da Mesa (SGM), entre outros. Os alunos da área administrativa (36%) estavam lotados no Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade (Defin), no Departamento Médico (Demed), na Secretaria de Comunicação Social (Secom), no Departamento de Pessoal (Depes), na Secretaria de Controle Interno (Secin) e no Centro de Informática (Cenin), entre outros.

Conforme apresentado no Gráfico 7, o atendimento a alunos oriundos da área administrativa da Casa se ampliou nos últimos anos, reduzindo a diferença com a área legislativa. Esse movimento decorre da oferta de cursos com turmas fechadas para órgãos como Diretoria de Recursos Humanos (DRH), Demed e Depes – caso do Curso de Especialização em Psicodinâmica do Trabalho – e para órgãos como Defin, Secin e Departamento de Material e Patrimônio (Demap) – caso do Curso de Especialização em Contabilidade Pública. Além disso, em 2014 teve início o MBA em Governança Legislativa, no qual a maior parte dos alunos (61%) era da área administrativa.

Gráfico 7: Lotação dos servidores da CD nas turmas
2011 – 2015



O Programa atende a alunos com formação diversificada. Os cursos de graduação mais informados são Direito, Administração, Jornalismo, Contabilidade, Economia, Letras e Engenharia. Parcela correspondente a 13% dos alunos informam possuir mais de um curso de graduação. A quantidade de alunos que já possuem especialização está em 30%, enquanto 6% já possuem mestrado, demonstrando a atratividade do Programa a indivíduos com formação qualificada. A Tabela 6 apresenta a evolução desses dados no período 2011 a 2015.

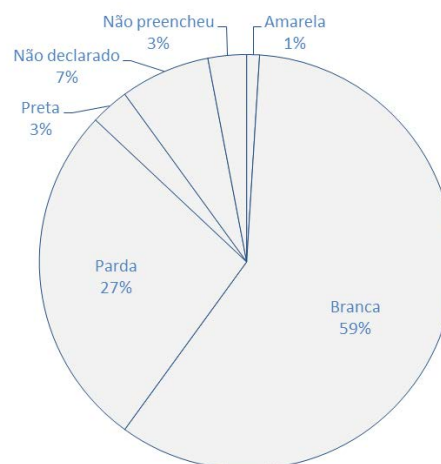
Tabela 6: Nível de formação dos alunos
2011 – 2015

Indicadores	Até dez/2011	Até dez/2012	Até dez/2013	Até dez/2014	Até dez/2015
Alunos com mais de uma graduação	12%	12%	12%	13%	13%
Alunos com especialização	26%	25%	26%	30%	30%
Alunos com mestrado	6%	7%	6%	6%	6%
Alunos com doutorado	-	1%	0,5%	1%	1%

A partir de 2014, o Programa passou a solicitar a autodeclaração de raça/cor aos alunos ingressantes que se dispuserem a fornecer essa informação, como ação inserida no Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Câmara dos Deputados. Conforme demonstrado no Gráfico 8, a maior parcela dos alunos se

declara como branco ou pardo. Não houve registro de autodeclaração como indígena.

Gráfico 8: Autodeclaração de raça/cor
2014 - 2015



PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS

No MBA em Governança Legislativa os alunos apresentaram, como trabalho de conclusão de curso, projetos de intervenção de impacto setorial ou organizacional, com propostas de análises ou de inovações em processos de diversas áreas da Câmara dos Deputados. A proposta da aluna Simone Sarkis Teixeira Bergo foi selecionada pelo Comitê Gestor da Estratégia da Casa como um dos dez projetos considerados prioritários no biênio 2015-2016, garantindo recursos financeiros e acompanhamento da alta direção com vistas à sua implantação. O projeto propõe implantar a Central de Relacionamento com os Deputados, proporcionando acesso a vários serviços administrativos e prestação de informações legislativas a esse público.

No Curso de Especialização em Contabilidade Pública, promovido pelo Programa de Pós-Graduação do Cefor em parceria com a UnB, o aluno Carlos Eduardo dos Reis recebeu o prêmio de melhor trabalho da área temática de Atuária do XV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, realizado em julho de 2015. O trabalho intitulado “Impacto do Registro Contábil da Provisão Matemática Previdenciária dos Servidores Públicos Federais no Balanço Geral da União” foi orientado pela coordenadora do curso, Professora Diana Vaz de Lima, da UnB. Concebido pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), o Congresso tem por objetivo promover o intercâmbio de estudos e experiências, bem como a divulgação de ideias sobre a teoria e a prática da Controladoria e da Contabilidade, aproximando profissionais deste segmento e pesquisadores acadêmicos. A temática da edição de 2015 foi: “Contabilidade e Controladoria no Século XXI”.

Também no Curso de Especialização em Contabilidade Pública, promovido pelo Programa de Pós-Graduação do Cefor em parceria com a UnB, o aluno Calistro José de Maria teve seu artigo intitulado "Custos no Setor Público: Aplicação da Contabilidade de Custos nos Serviços Públicos de Saúde Municipais" aprovado no Congresso Brasileiro de Custos. Concebido pela Associação Brasileira de Custos, o Congresso é o principal evento ligado à área de custos empresariais do Brasil. Além disso, é o principal divulgador da produção técnico-científica da especialidade e áreas afins. O artigo, elaborado sob orientação do

Professor da UnB José Américo Leal Oliveira, concorreu na área temática: Custos Aplicados ao Setor Público e foi aprovado e selecionado para publicação e apresentação em pôster no Congresso.

PROFESSORES

Os professores do Programa são, em grande parte, servidores da Câmara dos Deputados que possuem experiência profissional e formação avançada na sua área de atuação. Adicionalmente, o Programa conta com professores externos, oriundos de instituições de ensino e outros órgãos públicos.

Nos cursos próprios, tanto em nível *lato sensu* quanto *stricto sensu*, 89 professores ministraram aulas até o final de 2015. Essa quantidade representa crescimento de 4,7% em relação à quantidade de professores até o final de 2014, que era de 85 docentes.

O Mestrado Profissional em Poder Legislativo possui quadro permanente de 20 professores, sendo que 19 atuaram em sala de aula no ano de 2015. Todos são servidores efetivos da Câmara dos Deputados e possuem titulação de doutorado em diversas áreas, tais como Administração, Ciência Política, Ciências da Informação, Filosofia, Sociologia, Engenharia e Direito. O conjunto de professores do Mestrado apresenta qualificação coerente com o que é exigido pela Capes, qual seja, corpo docente que combine formação de bom nível com forte expertise profissional e técnica além de inserção na área de atuação.

O Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD), relativo ao Mestrado Profissional em Poder Legislativo, alcança o valor de 5 (em escala de 1 a 5), visto que todos os docentes possuem Doutorado. Esse Índice está detalhado no item “Indicadores” deste relatório.

No grupo de professores dos cursos de especialização, 69 (80%) são servidores da Câmara dos Deputados e 17 (20%) de outras instituições. Dos professores da Casa, 96% são servidores efetivos e o restante são CNEs (3%) e Secretários Parlamentares (1%). Os professores de outras instituições que atuam nos cursos de especialização são, em sua maioria, oriundos da UnB, do Senado, do TCU e da Unieuro.

O Programa valoriza professores que tenham titulação avançada em suas áreas de atuação. Assim, como demonstrado na Tabela 7, a participação de professores com titulação de mestre e doutor chega a 79% nos cursos próprios de especialização, superando a exigência do MEC para a modalidade *lato sensu* que é de, pelo menos, 50% de professores com titulação.

Tabela 7: Titulação dos professores dos cursos de especialização

Professores da Especialização	Quant.	%	} 79%
Doutor	35	41%	
Mestre	33	38%	
Especialista	18	21%	

Especificamente quanto aos cursos próprios de especialização realizados durante o ano de 2015, o percentual de professores com titulação de mestre e doutor mantém índices superiores à exigência do MEC. No Curso de

Especialização em Parlamento e Direito (PD) esse percentual é de 82%, no MBA em Governança Legislativa é de 64% e no Curso de Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL) alcança 93%.

Diante da distribuição de titulações verificada acima, o Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD), relativo à especialização, alcança o valor de 3,6 (em escala de 1 a 5). Esse Índice está detalhado no item “Indicadores”, deste relatório.

De forma semelhante aos alunos, também os professores dos cursos de especialização possuem formação diversificada. As áreas de titulação mais informadas são Ciência Política, Direito, Sociologia, Administração, Economia, Educação, História e Filosofia entre outras. Destaca-se a atuação de professores que obtiveram especialização em cursos próprios do Programa, especificamente no Curso de Especialização em Processo Legislativo – PL (5 docentes) e no Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo – IP (4 docentes). Além disso, o Mestrado Profissional em Poder Legislativo possibilita a capacitação necessária para eventual atuação como docente e orientador nos próximos cursos de especialização.

PESQUISA

A vertente da pesquisa consiste em estimular a reflexão, a criação e a sistematização de conhecimento técnico especializado de docentes e discentes no campo do Poder Legislativo, principalmente por meio de pesquisas realizadas a partir dos Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs).

GRUPOS DE PESQUISA E EXTENSÃO

Os GPEs têm como objetivo levantar dificuldades relacionadas a questões próprias do Poder Legislativo e, em consequência, propor soluções e novos horizontes em um processo de análise e organização dos conhecimentos inerentes à função legislativa.

Para tanto, o Programa estabeleceu regras e estratégias no sentido de estimular a participação de alunos, egressos, docentes, servidores em geral e pesquisadores de outras instituições em pesquisa relacionadas aos assuntos próprios do Poder Legislativo, definidos nos seguintes eixos temáticos: a) Gestão Pública Legislativa; b) Processos Políticos do Poder Legislativo e c) Política Institucional do Poder Legislativo.

Nos últimos anos a coordenação vem dando ênfase na busca de GPEs que funcionem efetivamente e na introdução, no edital de seleção de novos grupos, de compromisso formal com a produção intelectual e da obrigatoriedade de participação nas Jornadas de Pesquisa e Extensão. Esse movimento tem criado processo de seleção natural dos grupos compromissados com a efetividade das pesquisas.

O ano de 2015 encerrou com 29 GPEs em funcionamento e 122 pesquisadores membros. Como demonstrado nos Gráficos 9 e 10, houve ligeiro aumento da quantidade de grupos e pesquisadores em relação a 2014.

Gráfico 9: Quantidade de GPEs
2011 - 2015

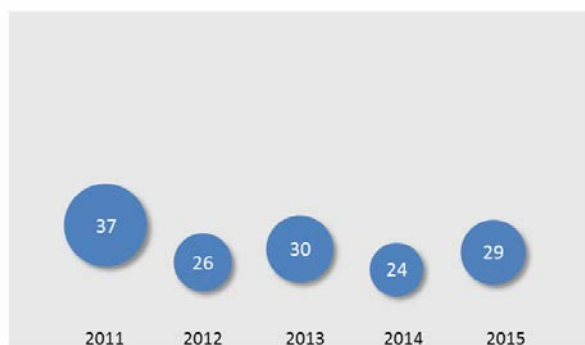
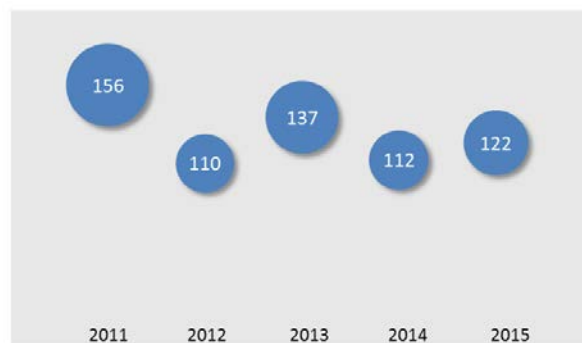
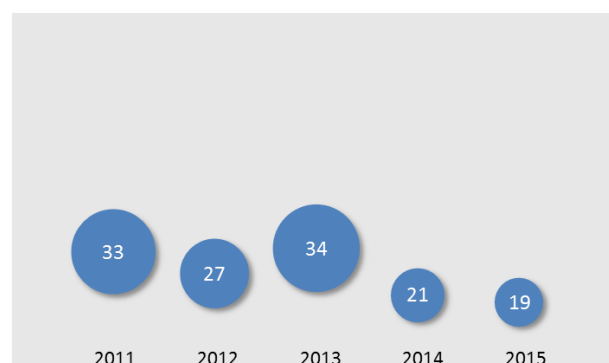


Gráfico 10: Quantidade de membros dos GPEs
2011 - 2015



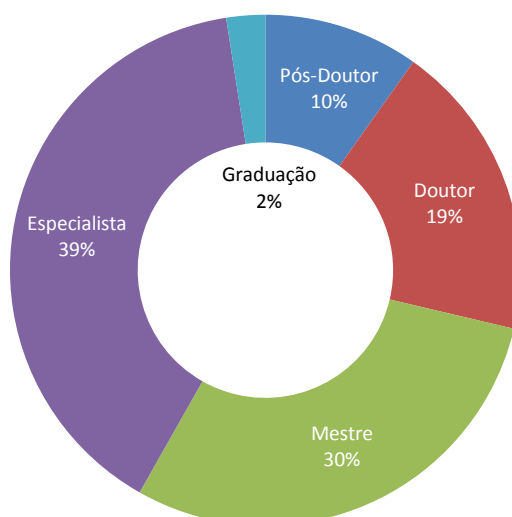
Ainda em relação aos anos anteriores manteve-se a pluralidade de integrantes, apesar da redução da quantidade de pesquisadores externos, conforme demonstrado no Gráfico 11. Além da importante participação de pesquisadores oriundos da Câmara dos Deputados, há 19 membros externos, ligados às seguintes instituições: Câmara Legislativa do Distrito Federal, Senado, Ministério da Defesa, Tribunal de Contas de Minas Gerais, TRF da 1ª Região, UnB, USP, UFMG, UFG e Duke University (EUA).

Gráfico 11: Quantidade de membros externos
2011 - 2015



Os membros possuem formação em várias áreas do conhecimento. A proporção de mestres, doutores e pós-doutores representa 58% do total de participantes. O Gráfico 12 detalha essa distribuição.

Gráfico 12: Titulação dos membros dos GPEs
2015



Em setembro de 2015 foi realizada a VI Jornada de Pesquisa e Extensão da Câmara dos Deputados, com o objetivo de socializar, em espaço privilegiado e democrático, o conhecimento produzido sobre o Poder Legislativo. Pela primeira vez foi promovido, concomitante com a VI Jornada, o I Colóquio de Estudos Legislativos, abrangendo a produção dos Grupos de Pesquisa e Extensão vinculados ao Programa de Pós-Graduação do Cefor. O tema principal foi Reforma Política e Participação. Os eventos registraram expressivo público de 119 participantes, tendo sido apresentados 45 trabalhos distribuídos em 12 mesas redondas e 4 mesas temáticas. Além disso, houve a cerimônia de abertura e duas conferências centrais. Realizou-se, ainda, o lançamento de mais uma edição da série Relatos de Pesquisa: o livro Comunicação, Educação e Democracia no Legislativo Brasileiro, organizado por professores do Mestrado Profissional em Poder Legislativo. No Anexo I está apresentado o folder de divulgação da VI Jornada de Pesquisa e Extensão.

Em 16 de novembro foi lançado o edital anual para seleção de novos GPEs. O prazo para inscrição se estende até fevereiro de 2016.

EXTENSÃO

A vertente da extensão tem ações voltadas às publicações físicas e digitais, como forma de estímulo à difusão do conhecimento legislativo, além da divulgação das atividades e oportunidades de educação legislativa. Também abrange ações do Cefor junto ao público externo.

Até 2015, foram publicados onze livros, além dos artigos da revista digital E-Legis, que alcançou seu 18º número. Em ação conjunta com o Centro de Documentação e Informação (Cedi), da Câmara dos Deputados, todos os arquivos de monografias, dissertações e teses recebidos dos alunos que completam os cursos são depositados na Biblioteca Digital para publicação segundo as normas de direito autoral e em conformidade com os padrões de apresentação de trabalhos científicos, formando o Banco de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs).

SÉRIE RELATOS DE PESQUISA

Foram publicados dois livros pertencentes à série Relatos de Pesquisa em 2015.

O quarto número da série, de título “Legislativo Pós-1988: Reflexões e Perspectivas”, foi organizado por dois professores do Mestrado: André Rehbein Sathler Guimarães e Ricardo de João Braga. A edição reúne artigos de pesquisadores do Mestrado e de estudiosos de outras instituições nacionais e internacionais sobre a atuação do Poder Legislativo brasileiro, com ênfase para a Câmara dos Deputados, a partir da vigência da Constituição de 1998.

O quinto número da série, “Comunicação, Educação e Democracia no Legislativo Brasileiro”, foi organizado por dois outros professores do Mestrado: Cristiane Brum Bernardes e Fabiano Peruzzo Schwartz. Nessa edição, os Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs) produziram cinco estudos relacionados a comunicação, informação e cidadania, com foco na relação entre o Parlamento e a sociedade.

A série Relatos de Pesquisa constitui mecanismo de sociabilização do conhecimento gerado a partir das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Mestrado Profissional em Poder Legislativo e pelos Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs) da Câmara dos Deputados. De forma mais ampla, busca colaborar com o debate acadêmico sobre o Poder Legislativo no Brasil. Foram publicadas, pela Edições Câmara, cinco números, em 2011, 2012, 2013 e 2015.

Figura 3: Série Relatos de Pesquisa
Edições 2011, 2012, 2013 e 2015



REVISTA ELETRÔNICA E-LEGIS

A revista eletrônica E-Legis (ISSN: 2175-0688), publicada desde 2008, divulga resultados de pesquisa voltados para temas relevantes sobre o Legislativo. A revista é aberta para submissões de trabalhos de autores interessados nas questões do Poder Legislativo e dedica parte significativa de seus sumários para trabalhos, artigos e relatos de pesquisas produzidos por alunos, professores e pesquisadores vinculados aos cursos e aos GPEs.

Os objetivos da E-Legis compreendem o estímulo à circulação de ideias e incentivo ao debate de temas ligados às linhas temáticas do Programa, a contribuição para o enriquecimento do processo de produção e a disseminação de conhecimento próprio do Poder Legislativo, tornando-se um dos veículos privilegiados de divulgação de estudos e pesquisas realizados na área.

A E-Legis é publicada quadrimestralmente (desde 2013) e oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização do conhecimento.

No sistema de avaliação adotado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), denominado Qualis, a Revista E-Legis avançou uma posição e foi classificada no estrato B2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais. Essa conquista reforça a relevância da Revista e gera maior perspectiva de ampliar seu reconhecimento pela comunidade científica.

A Revista está indexada na base de dados Latindex (*Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*), que é um sistema de informação dedicado ao registro e difusão de revistas acadêmicas editadas nos países ibero-americanos. Está em processo de aceitação nas bases de dados Redalyc (*Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal*), Clase (*Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades*) e Doaj (*Directory of Open Access Journals*). A E-Legis vem empreendendo ações visando sua indexação na base de dados Scielo (*Scientific Electronic Library Online*).

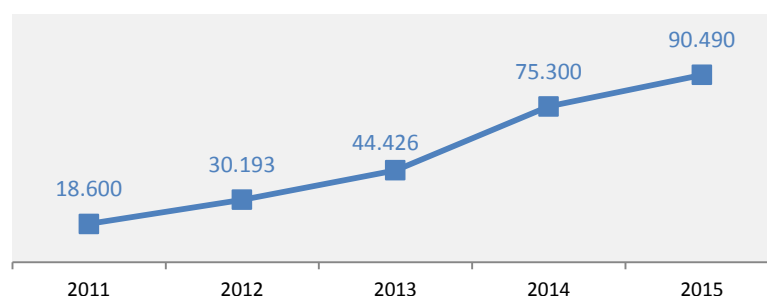
Em 2015, a Revista Eletrônica E-Legis alcançou seu 18º número, com publicação total de 117 artigos e 90.490 downloads acumulados. No Anexo II está reproduzida a capa da 18ª edição.

Desde 2011, ano em que se iniciou a avaliação de impacto da Revista, a quantidade de downloads teve evolução de quase cinco vezes. A evolução ano a ano foi mais significativa em 2014 e em 2015 apresentou redução. A Tabela 8 e o Gráfico 13 demonstram esses dados.

Tabela 8: Evolução da quantidade de downloads de artigos da E-Legis 2011 - 2015

Ano	Quant. de edições no ano	Quant. de downloads acumulado	Evolução percentual ano a ano	Evolução percentual acumulada
2011	2	18.600	-	-
2012	2	30.193	62%	62%
2013	3	44.426	47%	239%
2014	3	75.300	69%	405%
2015	3	90.490	20%	487%

Gráfico 13: Quantidade de downloads de artigos da E-Legis 2011 - 2015



Em 2014 foi criada a seção “Artigo Convidado”, destinada a receber contribuições de renomados pesquisadores de diversas áreas, versando sobre temas convergentes à Revista. A Tabela 9 apresenta os artigos publicados nessa seção nas edições de 2015.

Tabela 9: Artigos convidados publicados na E-Legis 2015

Edição	Data	Título do artigo	Autor
16	jan/abr 2015	A cobertura jornalística do Legislativo: agenda de pesquisa	Vera Chaia, Doutora
17	maio/jul 2015	Responsabilidade e ética no Parlamento	Roberto Romano da Silva, Doutor
18	ago/dez 2015	Minding the gap between expectations and perceptions of democracy	Todd Donovan, Jeffrey Karp, Doutores

PRODUÇÃO INTELECTUAL DOS PROFESSORES E ALUNOS DO MESTRADO

Um dos indicadores que melhor permite dimensionar a consistência acadêmica de uma instituição é a produção intelectual qualificada, publicada em veículos científicos cujo valor e seriedade sejam reconhecidos no meio acadêmico. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação, acompanha essa produção intelectual como um dos indicadores de avaliação dos programas de Mestrado Profissional.

Em relação ao corpo docente, a orientação é que deve apresentar produção científica e técnica regular, sendo formada por publicações em periódicos Qualis, livros ou capítulos científicos, bem como produção técnica correspondente à atividade desenvolvida no curso, como relatórios técnicos, diagnósticos, estudos de caso e produtos técnicos resultantes de atividades de monitoramento e avaliação da implementação e do resultado de políticas e formulação de alternativas e propostas inovadoras.

Especificamente como diretriz da área de conhecimento Ciência Política e Relações Internacionais da Capes, área em que se vincula o Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Cefor, está a produção de qualidade, medida pela publicação per capita de artigos em periódicos classificados como A1, A2 e B1 no Qualis, bem como a dispersão dessa produção qualificada entre o corpo de professores.

Como exemplos da produção do corpo de professores do Mestrado durante o ano de 2015, foram registrados 39 artigos em periódicos científicos, significando expressivo aumento em relação a 2014 (23 artigos). Mais relevante é o registro, em 2015, de 5 artigos de 4 professores em periódicos classificados como A1 e A2 (3 em A1 e 2 em A2) no Qualis, na área de Ciência Política e Relações Internacionais, com impacto positivo para o Programa na avaliação da Capes. Além disso, os professores produziram 11 livros ou capítulos e 4 trabalhos em anais de congressos. Em relação a 2014, houve aumento da produção de livros ou capítulos (6 em 2014 para 11 em 2015). A publicação de trabalhos em anais de congressos caiu de 16 em 2014 para 4 em 2015.

Também os alunos do Mestrado são estimulados a produzir, com supervisão de seus orientadores. No ano de 2015 foram registradas publicações de 8 artigos de autoria de alunos em periódicos científicos (classificação Qualis de B2 a C), 1 capítulo de livro e 2 trabalhos em anais de congressos.

AÇÕES DO CEFOR JUNTO AO PÚBLICO EXTERNO

O Cefor, por meio da sua Coordenação de Educação para a Democracia, desenvolve uma série de atividades com perfil extensionista. Os diversos programas listados abaixo atenderam a um total de 1.351 participantes em 2015.

- Estágio Cidadão: destinado aos universitários que fazem seu estágio na Câmara dos Deputados, seu objetivo é propiciar aos estagiários a oportunidade de adquirir conhecimentos sobre o papel do Legislativo e desenvolver atitudes positivas com relação ao exercício da cidadania ativa. Em 2015 foram 54 participantes.

- Estágio-Visita de Curta Duração: o programa possui a duração de uma semana e tem por objetivo proporcionar a estudantes universitários de diversos Estados da Federação informações acerca da Câmara dos Deputados e do Poder Legislativo. Em 2015 foram realizadas 10 edições, no total de 666 participantes.
- Missão Pedagógica no Parlamento: programa destinado a professores de todo o país com o objetivo de fornecer a estes profissionais subsídios didáticos que contribuam para a inserção de temas relativos à democracia e à cidadania no cotidiano escolar. Anualmente, 216 professores assistem a um curso de 30h. Desses, foram selecionados 54 professores que participaram do programa em 2015, além de 4 do Plenarinho, que é um canal de interação da Câmara dos Deputados com o universo infantil (crianças de 7 a 12 anos, pais, professores e educadores).
- A Escola na Câmara: destinado a estudantes do nível médio, o objetivo do evento é aproximar os jovens da Câmara dos Deputados, propiciando o conhecimento da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo, despertando-os para a reflexão crítica e para a participação política. Em 2015 foram 181 participantes.
- Parlamento Jovem Brasileiro: programa promovido pelo Cefor, em parceria com a Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, com o objetivo de propiciar a estudantes do nível médio de todos os estados brasileiros a vivência do processo político e democrático mediante participação em uma jornada parlamentar de uma semana, com diplomação, posse e exercício de mandato legislativo. Em 2015 foram 78 participantes.
- Oficina de Atuação no Parlamento: destinado a grupos de voluntários, associações comunitárias, ONGs e OSCIPs com o objetivo de fornecer aos alunos as ferramentas para acompanhar e participar do processo de elaboração de leis, mediante a oferta de conhecimentos fundamentais sobre a relação entre Estado e sociedade (cidadania), com foco na participação e na organização comunitárias; bem como de informações e canais de comunicação da Câmara dos Deputados à população. Alcançou 94 participantes em 2015.
- Universidade na Câmara: o projeto objetiva atender às demandas de instituições de ensino superior que possuem interesse em realizar visitas à Câmara dos Deputados com seus estudantes. Em geral, tais ações incluem aulas dialogadas, debates e visita institucional, com carga horária de 4 a 8 horas de duração. Em 2015 houve quatro solicitações e 220 participantes.
- Estágio Participação: destina-se a estudantes universitários de todo o país e a cada edição aborda um dos principais temas em discussão no Parlamento. Tem como objetivo estimular a participação democrática e cidadã de universitários por meio de atividades que propiciem conhecimento sobre o Poder Legislativo. Cada missão envolve a produção, pelos próprios participantes, de conteúdos em meio digital que devem ser postados em suas redes sociais. O programa teve sua primeira edição realizada em agosto de 2015. Neste ano foram realizadas 4 edições com a participação de 144 estudantes.

EVENTOS

Com o objetivo de ampliar a inserção internacional do Programa, estratégia valorizada pela área de Ciência Política e Relações Internacionais da Capes, foram mantidos e intensificados os contatos com instituições do exterior e, mais diretamente, com professores de reconhecida produção na área.

Essas iniciativas vêm resultando no crescimento expressivo da quantidade de eventos com participação de professores estrangeiros em visita ao Cefor, como palestras, minicursos, debates e outros do gênero. São oferecidas ao público do Programa oportunidades de contato direto com pesquisadores renomados para a troca de experiências e conhecimentos.

Nesse contexto de internacionalização, o Programa recebeu em 2015 o Programa Escola de Altos Estudos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Foi ministrada a disciplina Política Contemporânea na América Latina, de 30 horas-aula, pelo Professor Doutor Olivier Dabène, que atua no Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po Paris) desde 2005 e possui extenso currículo reconhecido internacionalmente na área de Ciência Política. O Programa Escola de Altos Estudos foi realizado pela primeira vez pelo Cefor e trata-se de iniciativa da Capes para fomentar a cooperação acadêmica e o intercâmbio internacional em cursos de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Outros eventos realizados pelo Programa tiveram a participação do Prof. Dr. Agustín Espinosa, da Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP), do Prof. Dr. Stéphane Monclaire, da Universidade Sorbonne (França) e do Prof. Dr. Bryan Pitts, da Duke University (EUA).

Ainda na linha de inserção internacional, destaca-se a participação do Prof. Dr. Julio Pinto, do quadro de professores permanentes do Mestrado, no pós-doutorado na Duke University (EUA). O Professor participou de inúmeros eventos, dentre os quais a Global Brazil Conference 2015, da qual foi um dos organizadores e palestrantes. A conferência é anualmente organizada e realizada em parceria pelo Global Brazil Humanities Lab, pelo Center for Latin American and Caribbean Studies (CLACS) e pelo Franklin Humanities Institute (FHI), todos da Duke University. Um dos produtos importantes do pós-doutorado na Duke University foi o artigo “A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial”, escrito em coautoria pelo Prof. Julio Pinto e publicado em 2015 pela Civitas – Revista de Ciências Sociais.

Nomes de importância no cenário nacional também são convidados e participam de eventos realizados pelo Programa. Em 2015, foram recebidos o Prof. Dr. Roberto Romano, da Unicamp, e o Prof. Dr. Luis Felipe Miguel, do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

A VI Jornada de Pesquisa e Extensão reuniu pesquisadores como o Prof. Dr. Jeffrey Karp, da University of Exeter (Reino Unido), o Prof. Dr. Ronaldo Lemos, do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio (ITS), o Prof. Dr. Marcelo Lavenère Machado, da OAB, a Profa. Dra. Fátima Anastasia, o Prof. Dr. Cícero Araújo, da USP, o Prof. Dr. Carlos Ranulfo e o Prof. Dr. Bruno Wanderley Reis, da UFMG, o Prof. Dr. Lúcio Rennó, da UnB, o Prof. Dr. André Marengo, da UFRGS e o Prof. Dr. Cláudio Couto, da FGV.

EVENTOS REALIZADOS EM 2015

No decorrer do ano de 2015, foram realizados 9 eventos pelo Programa de Pós-Graduação, com público total estimado de 664 pessoas. Esses eventos estão descritos abaixo.

Fevereiro

-
- | | | |
|---|---|---------------------|
| <ul style="list-style-type: none">• Aula Inaugural do 1º semestre | Data: 23/2/2015
Local: Auditório do Cefor
Palestrante: Prof. Dr. Roberto Romano (Unicamp)
Título: Responsabilidade e Ética no Parlamento | Público: 83 pessoas |
|---|---|---------------------|

Março

-
- | | | |
|---|---|---------------------|
| <ul style="list-style-type: none">• Escola de Altos Estudos | Data: 2 a 6/3/2015
Local: Auditório do Cefor
Palestrante: Prof. Dr. Olivier Dabène (Sciences Po Paris)
Título: Política Contemporânea na América Latina | Público: 65 pessoas |
| <ul style="list-style-type: none">• Simpósio Internacional | Data: 6/3/2015
Local: Plenário 15 das Comissões (Câmara dos Deputados)
Palestrante: Prof. Dr. Agustín Espinosa, da Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP)
Título: A estrutura da identificação nacional em nações de América Latina e seus correlatos psicossociais | Público: 22 pessoas |

Maio

-
- | | | |
|---|---|---------------------|
| <ul style="list-style-type: none">• Lançamento de livro | Data: 13/5/2015
Local: Salão Nobre da Câmara dos Deputados

Livro: Legislativo Pós-1998: reflexões e perspectivas

Organizadores: André Sathler e Ricardo Braga | Público: 52 pessoas |
| <ul style="list-style-type: none">• Seminário Internacional | Data: 21/5/2015
Local: Auditório do Cefor
Palestrantes: Prof. Dr. Stéphane Monclaire (Universidade Sorbonne) e Prof. Dr. Antonio Teixeira de Barros (Cefor)
Título: Objetivos e engenharia da reforma política | Público: 32 pessoas |

Junho

-
- | | | |
|---|--|---------------------|
| <ul style="list-style-type: none">• Seminário Internacional | Data: 18/6/2015
Local: Auditório do Cefor
Palestrantes: Prof. Dr. Bryan Pitts (Duke University) e Prof. Dr. Leonardo Barbosa (CD)
Título: O Congresso nas ruas: classe política e mobilização popular – 1968 e 1980 | Público: 27 pessoas |
|---|--|---------------------|

Agosto

-
- | | | |
|---|--|---------------------|
| <ul style="list-style-type: none">• Aula Inaugural do 2º semestre | Data: 3/8/2015
Local: Auditório do Cefor
Palestrante: Prof. Dr. Luis Felipe Miguel (UnB)
Título: Comunicação Política | Público: 92 pessoas |
|---|--|---------------------|

Setembro

-
- | | | |
|--|---|----------------------|
| <ul style="list-style-type: none">• Sessões de Defesa dos TCCs do MBA | Data: 31/8, 4 e 11/9/2015
Local: Auditório do Cefor
Participação de alunos, orientadores, componentes das bancas de defesas, gestores da Casa e público convidado
24 trabalhos defendidos | Público: 172 pessoas |
| <ul style="list-style-type: none">• VI Jornada de Pesquisa e Extensão e I Colóquio de Estudos Legislativos | Data: 14 e 15/9/2015
Local: Auditório e salas do Cefor
Título: Reforma política e participação
45 trabalhos apresentados, em 12 mesas redondas e 4 mesas temáticas. Cerimônia de abertura e 2 conferências centrais. Lançamento do livro “Comunicação, Educação e Democracia no Legislativo Brasileiro”. | Público: 119 pessoas |

Figura 4: Presença do público em evento promovido pelo Programa



INDICADORES

O processo de avaliação estratégica do Programa de Pós-Graduação do Cefor se organiza em etapas sistemáticas e complementares, que se realizam continuamente. Alguns indicadores de qualidade foram desenvolvidos para orientar a gestão do Programa e são descritos nos itens a seguir.

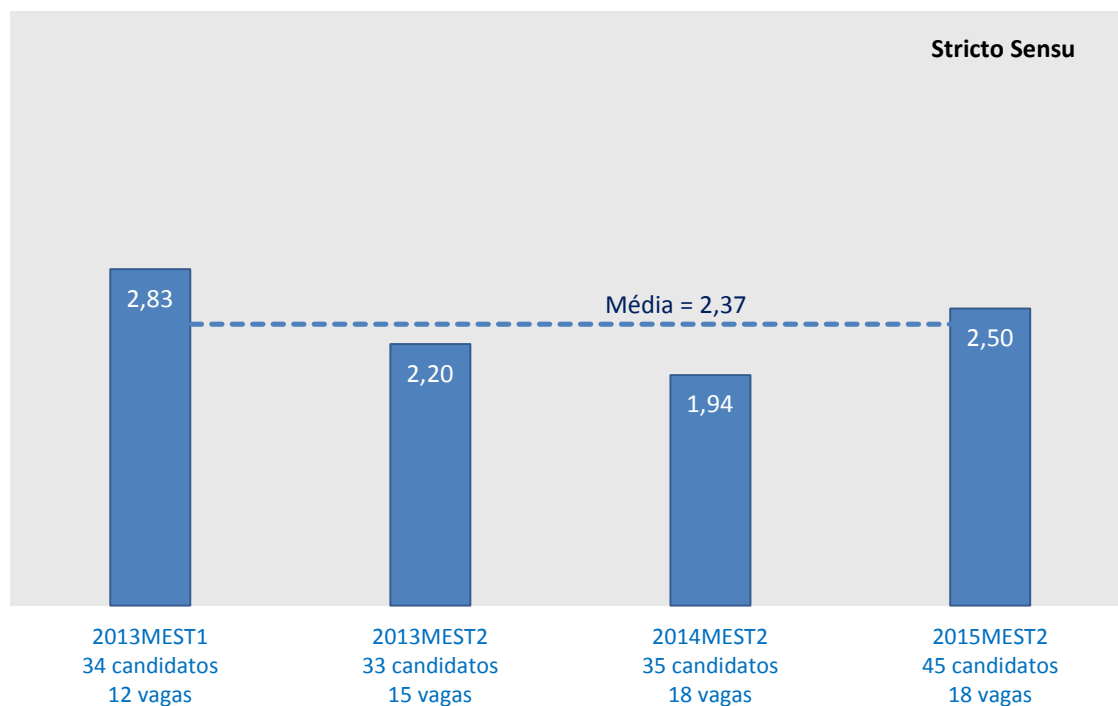
ÍNDICE CANDIDATO/VAGA

Adotado internamente a partir de 2013 como indicador de atratividade dos cursos ofertados pelo Programa, é calculado dividindo-se a quantidade de candidatos inscritos no processo seletivo de cada curso pela quantidade de vagas estabelecidas em edital.

Os cursos oferecidos pelo Programa são abertos à participação tanto de servidores da Câmara dos Deputados quanto de quaisquer interessados, mesmo que não possuam vínculo com instituições públicas ou privadas. As regras são definidas em edital específico para o processo seletivo de cada curso.

O resultado do índice relativo ao Mestrado é apresentado no Gráfico 14, por ordem cronológica de oferta das turmas. Em 2015 o índice voltou a ficar acima da média histórica, decorrente da maior quantidade de candidatos no processo seletivo (45 candidatos para 18 vagas). Foi a maior quantidade de candidatos desde o início do Mestrado em 2013, representando expressivo crescimento de 32% em relação à média dos anos anteriores.

Gráfico 14: Índice Candidato/Vaga do Mestrado
2013 - 2015



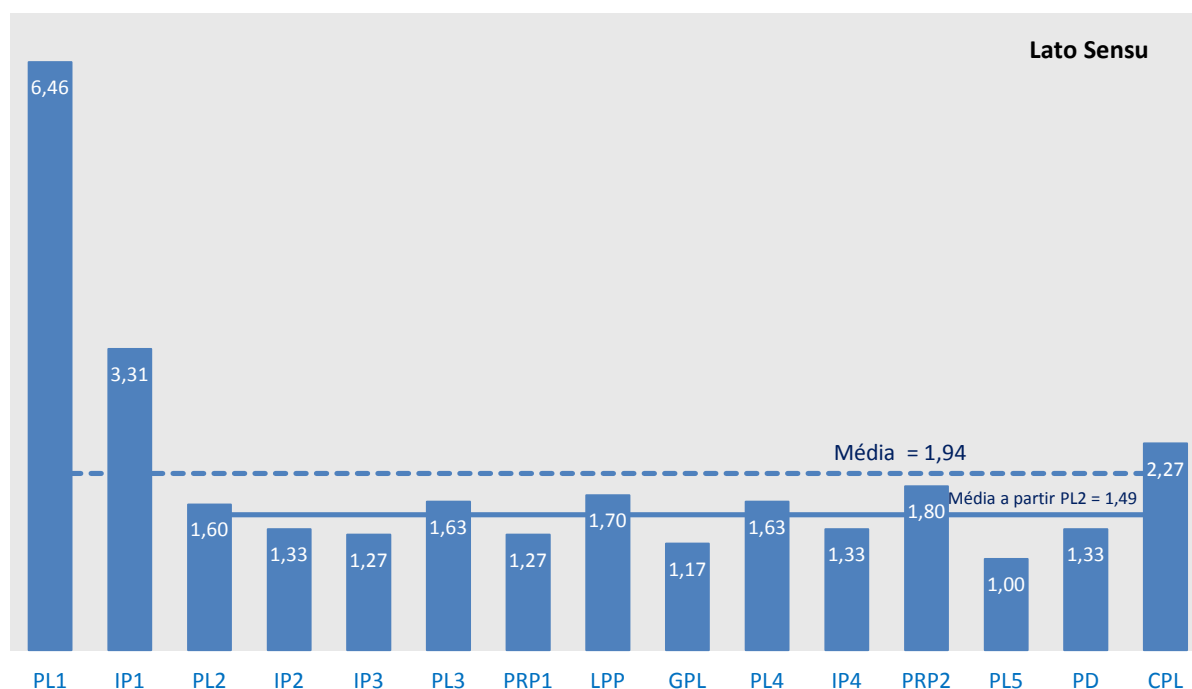
O resultado do índice relativo aos cursos de especialização próprios é apresentado no Gráfico 15, por ordem cronológica de oferta.

Ressalte-se que o índice médio dos cursos de especialização próprios (Média = 1,94) está fortemente influenciado pela alta demanda na oferta das primeiras edições do Curso de Especialização em Processo Legislativo (PL) e do Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo (IP), procura que não se repetiu nas edições posteriores dos demais cursos. Essa média está representada como linha tracejada no Gráfico 15.

O índice médio a partir do curso PL2 (Média = 1,49) representa o comportamento característico dos cursos de especialização próprios realizados pelo Programa, desconsiderando os índices elevados das primeiras edições dos cursos PL e IP. Esse índice médio está representado como linha cheia no Gráfico 15.

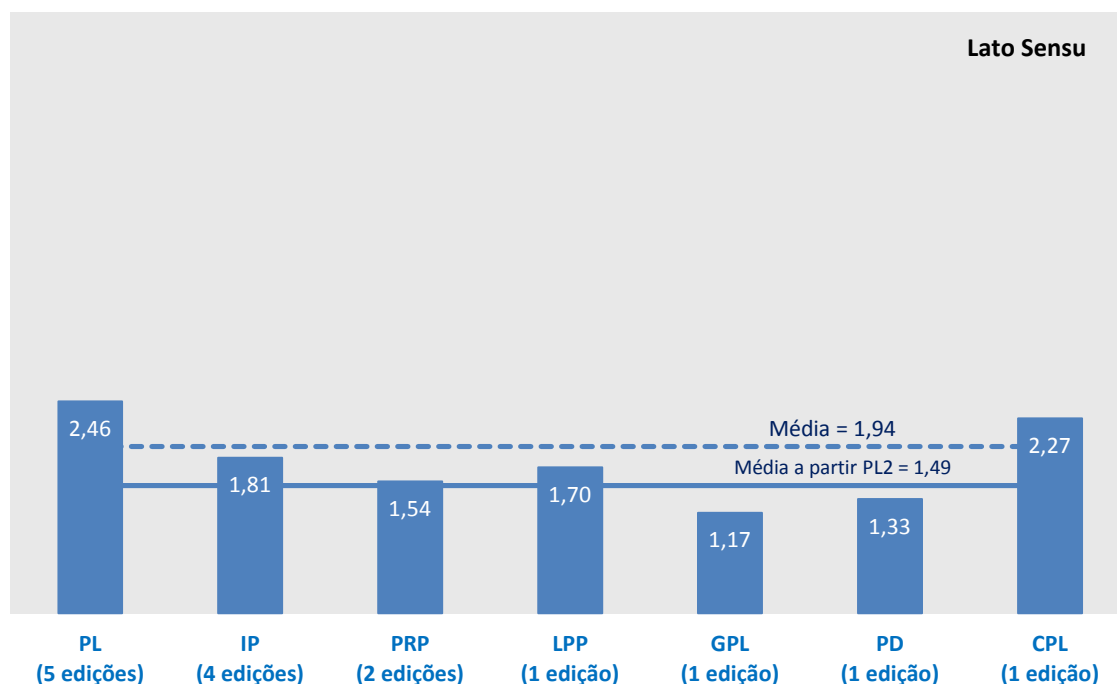
O índice alcançado pelo Curso de Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL), que teve início em 2015, foi o mais alto e o primeiro a superar o índice médio considerando todos os cursos, desde as primeiras edições dos cursos PL e IP, que iniciaram em 2005.

Gráfico 15: Índice Candidato/Vaga dos cursos de especialização próprios
2005 - 2015



O Gráfico 16 apresenta o Índice Candidato/Vaga médio agrupado por família de cursos de especialização próprios do Programa. Novamente, os cursos PL e IP têm índices fortemente influenciados pela alta demanda na oferta das primeiras edições, procura que não se repetiu nas edições posteriores.

Gráfico 16: Índice Candidato/Vaga por família dos cursos de especialização próprios
2005 - 2015



ÍNDICE DE AVALIAÇÃO DE CURSOS (IAC)

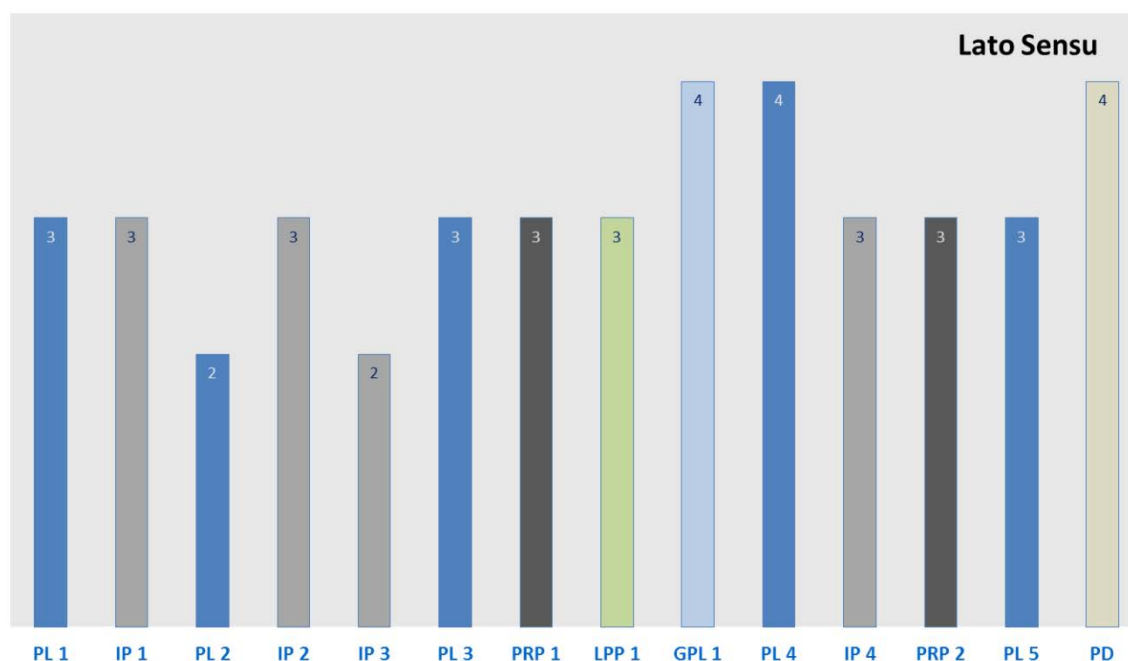
O IAC é um indicador interno apresentado em escala de 1 a 5 que expressa a qualidade dos cursos de especialização próprios do Programa com base em suas características e nos resultados das várias etapas de avaliação aplicadas. As notas obtidas nos diversos itens avaliados são padronizadas estatisticamente com o objetivo de proporcionar visualização mais precisa do resultado de cada curso em relação ao conjunto dos demais cursos próprios do Programa. O índice é calculado por metodologia própria, considerando dados obtidos internamente, e não representa a avaliação de órgãos reguladores.

O IAC é construído levando em conta 8 componentes de avaliação de cada curso:

1. Índice Candidato/Vaga (indicador de atratividade);
2. Proporção de professores com titulação de mestrado e doutorado (indicador de desempenho);
3. Índice de evasão (indicador de desempenho);
4. Avaliação das disciplinas (avaliação de reação);
5. Avaliação docente (avaliação de reação);
6. Avaliação da atividade de orientação (avaliação de reação);
7. Avaliação de término de curso (avaliação de impacto);
8. Avaliação de egressos (avaliação de impacto).

O IAC foi aplicado aos cursos de especialização próprios do Programa encerrados até dezembro de 2015 e apresentou os resultados demonstrados no Gráfico 17.

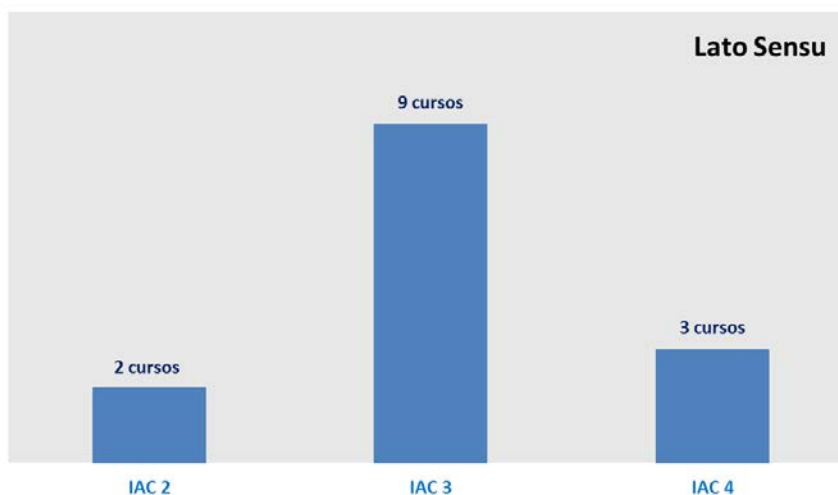
Gráfico 17: Índice de Avaliação de Cursos (IAC)
2005 - 2015



A distribuição da quantidade de cursos de especialização próprios do Programa em relação à nota obtida no IAC está demonstrada no Gráfico 18. Três cursos obtiveram nota 4, nove cursos alcançaram nota 3 e dois cursos registraram nota 2.

O IAC médio é de 3,1. Os três cursos que obtiveram nota 4 alcançaram IAC acima desse valor médio.

Gráfico 18: Quantidade de cursos por nota de IAC
2005 - 2015



ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE (IQCD)

O IQCD é um indicador de desempenho adotado em instituições de ensino superior que retrata a maior ou menor quantidade de professores com titulação de mestrado e doutorado. Relaciona a qualidade do ensino com o volume de pesquisas, pois pressupõe que, quanto maior a quantidade de professores com titulação de mestre ou doutor, maior quantidade e melhor qualidade terão as pesquisas realizadas na instituição.

O IQCD é utilizado nos estudos de avaliação do ensino superior. Seu valor varia de 1, quando todos os professores possuem apenas graduação, até 5, situação em que todos os docentes são doutores. O indicador é calculado por meio da expressão matemática abaixo, de acordo com as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) para o cálculo dos indicadores de gestão (Decisão nº 408/2002 - PLENÁRIO e ACÓRDÃOS nº 1046/2006 e nº 2167/2006 - Plenário TCU):

$$\text{IQCD} = 5D + 3M + 2E + G / D + M + E + G$$

onde:

D = nº de professores com doutorado;

M = nº de professores com mestrado;

E = nº de professores com especialização;

G = nº de professores apenas graduados.

Dessa forma, o IQCD se refere à média ponderada da capacitação docente obtida através dos seguintes pesos: Doutorado (D) peso 5, Mestrado (M) peso 3, Especialização (E) peso 2 e Graduação (G) peso 1. A Tabela 10 apresenta a evolução do IQCD para os dois níveis de ensino (lato sensu e stricto sensu) e para o Programa de Pós-Graduação.

Tabela 10: Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)

Nível	2014	2015
Lato Sensu (Especialização)	3,5	3,6
Stricto Sensu (Mestrado)	5,0	5,0
Programa (Especialização e Mestrado)	3,8	3,9

ÍNDICE DE AVALIAÇÃO DE EDUCADORES (IAE)

O IAE foi desenvolvido com a finalidade de prover ranking de professores que atuam nos cursos de especialização próprios e é baseado nas avaliações de reação aplicadas aos alunos ao final das disciplinas. A utilização desse ranking é restrita à gestão do Programa e visa propiciar instrumento objetivo para orientar e complementar a capacitação e seleção dos docentes.

As categorias avaliadas correspondem às competências demonstradas pelos professores em termos de domínio de conteúdo, didática e relacionamento interpessoal. As notas obtidas nos diversos itens avaliados são padronizadas estatisticamente com o objetivo de proporcionar visualização mais precisa do desempenho de cada docente em relação ao conjunto dos demais professores atuantes no Programa. O IAE é apresentado em escala de 1 a 5 e dividido em quatro classes, em ordem decrescente de acordo com a distribuição de notas

obtidas pelos professores. O ranking é composto apenas dos professores que ministraram disciplinas em, pelo menos, dois cursos.

O ranking estabelecido ao final de 2015 está demonstrado na Tabela 11, com a omissão dos nomes dos professores para preservar a privacidade. Os seguintes cursos foram considerados para a construção do índice: PL (1, 2, 3, 4 e 5), IP (1, 2, 3 e 4), PRP (1 e 2), LPP, GPL, PD, MBA e CPL (1º período letivo).

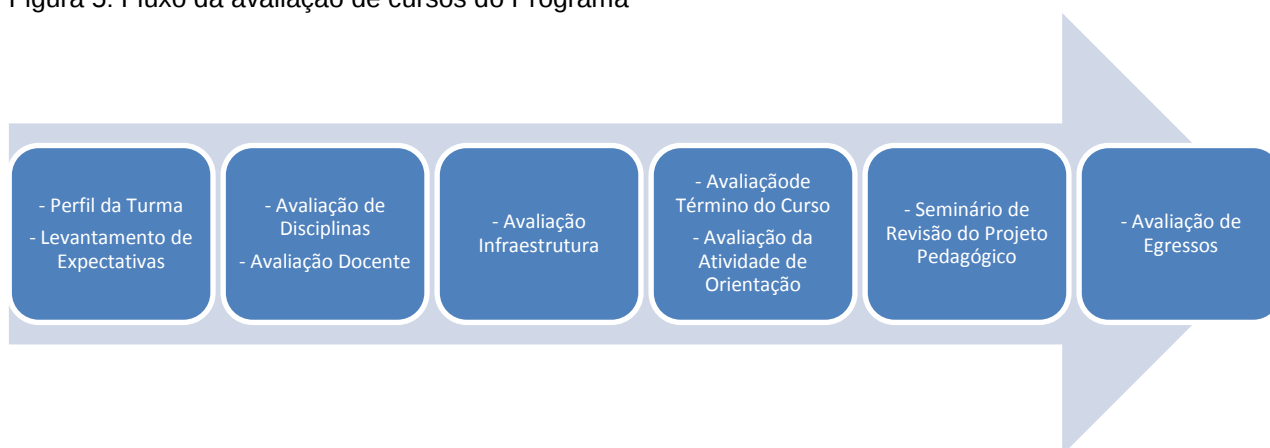
Tabela 11: Índice de Avaliação de Educadores (IAE) do Programa
Notas padronizadas dos professores que atuaram em, pelo menos, 2 cursos
2005 - 2015

Classe	Educador	Nota Padronizada	Quant. Cursos Lato Sensu
1	Professor	4,77	2
	Professor	4,70	2
	Professor	4,63	2
	Professor	4,58	4
	Professor	4,44	2
	Professor	4,43	2
	Professor	4,35	3
	Professor	4,34	5
	Professor	4,32	5
2	Professor	4,31	4
	Professor	4,28	2
	Professor	4,25	4
	Professor	4,16	2
	Professor	4,08	3
	Professor	4,02	6
	Professor	3,99	4
3	Professor	3,94	6
	Professor	3,79	4
	Professor	3,77	2
	Professor	3,68	3
	Professor	3,61	4
	Professor	3,54	3
	Professor	3,37	2
	Professor	3,36	3
4	Professor	2,86	4
	Professor	2,67	2
	Professor	2,65	2
	Professor	2,52	3
	Professor	2,33	2
	Professor	2,18	3
	Professor	1,98	2
	Professor	1,02	2

3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DE CURSOS DO PROGRAMA

O fluxo da avaliação de cursos do Programa prevê a aplicação de várias etapas antes do curso, durante a realização e após o encerramento, como demonstrado na Figura 5. Essas etapas são cumpridas em seus momentos específicos e geram relatórios que são disponibilizados aos públicos envolvidos, como professores, orientadores, coordenação do Programa, direção do Cefor e comunidade acadêmica.

Figura 5: Fluxo da avaliação de cursos do Programa



As seguintes etapas foram realizadas no ano de 2015:

- Perfil da turma ingressante do Mestrado (2015MEST2). Os resultados foram apresentados à coordenação, professores, alunos e ao colegiado do Mestrado.
- Perfil da turma do Curso de Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL), ingressante no 2º semestre. Os resultados foram apresentados à coordenação, professores e alunos.

A metodologia definida para o levantamento do perfil da turma tem por objetivo identificar as características sociográficas da clientela, visando orientar a atuação dos professores e da coordenação, além de reunir dados estatísticos a respeito do público dos cursos oferecidos. A coleta é realizada antes do início das aulas, com dados obtidos durante a matrícula dos alunos. Os resultados gerados são consolidados em relatório do perfil da turma e são direcionados à orientação para a prática pedagógica e administrativa e divulgados para professores, alunos e coordenação.

- Avaliação de Disciplinas e Avaliação Docente das turmas do Mestrado, do MBA em Governança Legislativa, do Curso de Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL) e de uma disciplina do Curso de Especialização em Parlamento e Direito (PD). Os resultados da avaliação do Mestrado foram apresentados à coordenação, professores, alunos e ao colegiado do Mestrado. Os resultados da avaliação da especialização foram apresentados à coordenação e aos professores.

A Avaliação de Disciplinas e a Avaliação Docente são etapas aplicadas simultaneamente aos alunos e professores dos cursos ao final do período de aulas de cada disciplina. São espelhadas de forma a propiciar a autoavaliação e a heteroavaliação, tanto do desempenho dos professores quanto da turma de alunos. A Avaliação de Disciplinas tem função de acompanhamento e controle e busca avaliar a reação do aluno quanto à disciplina, à atuação docente e à coordenação, além de contemplar a autoavaliação do aluno quanto ao seu desempenho na disciplina. A Avaliação Docente busca levantar a opinião do professor quanto ao curso, à turma e à coordenação, além de autoavaliação quanto ao seu desempenho. Conjugada às avaliações feitas pelos alunos, proporciona identificar caminhos de intervenção, se necessários, ainda durante o decorrer do curso. Como produtos, são gerados relatórios que se destinam a orientar a prática pedagógica, oferecer insumos para apoio e ajustes futuros no projeto pedagógico do curso. A divulgação é feita aos alunos ao fim de cada semestre, aos professores, imediatamente após o encerramento da disciplina e à comunidade acadêmica.

- Avaliação de Infraestrutura aplicada às turmas e professores do Mestrado e do MBA em Governança Legislativa. O relatório consolidado, que incluiu os resultados da Avaliação de Infraestrutura realizada nos anos anteriores, foi apresentado às áreas envolvidas e, no caso do MBA, fizeram parte das discussões do Seminário de Revisão.

A Avaliação de Infraestrutura tem como objetivo levantar as percepções dos alunos e professores quanto à infraestrutura física e de apoio disponibilizada para as atividades de ensino e pesquisa. De modalidade qualitativa e quantitativa, avalia vários indicadores relativos às instalações gerais do Cefor, às condições da sala de aula, aos serviços de apoio, à biblioteca do Centro de Documentação e Informação (Cedi) e à atuação da Coordenação de Pós-Graduação. Como avaliação de caráter formativo, constitui-se em oportunidade de colher informações qualificadas dos usuários acerca da estrutura física oferecida para realização dos cursos, proporcionando dados para identificação dos pontos positivos e das necessidades de melhoria. É aplicada anualmente, ao final do primeiro semestre para preenchimento pelos alunos e professores das turmas em andamento. Seus resultados geram dados para identificação dos pontos positivos e das necessidades de melhoria em relação à infraestrutura física e de apoio e são divulgados para a administração do Cefor e da Biblioteca da Câmara dos Deputados, áreas envolvidas, alunos e professores.

- Avaliação de Impacto do MBA em Governança Legislativa, do Curso de Especialização em Parlamento e Direito (PD), do Curso de Especialização em Processo Legislativo (PL 4ª edição), do Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo (IP 4ª edição) e do Curso de Especialização em Política e Representação Parlamentar (PRP 2ª edição). Os relatórios consolidados foram apresentados à coordenação e, no caso do MBA, municiaram o Seminário de Revisão do Projeto Pedagógico.

A Avaliação de Impacto engloba a Avaliação de Término de Curso e a Avaliação de Egressos aplicadas aos cursos que se encerram. A Avaliação de Término do Curso é aplicada após a defesa do TCC e tem por objetivo

avaliar o impacto do curso nos contextos profissional, acadêmico e pessoal dos alunos, além do suporte para aproveitamento do conhecimento obtido. Seus resultados são utilizados para fins de melhoria da organização curricular, dos aspectos metodológicos, do desempenho de professores, orientadores e alunos e no aperfeiçoamento contínuo do Programa de Pós-Graduação. A Avaliação de Egressos é realizada após dois anos de encerramento do curso e objetiva acompanhar o impacto da formação de especialista obtida pelos egressos nas suas trajetórias profissional, acadêmica e pessoal, visando avaliar a qualidade dos cursos e gerar propostas de aperfeiçoamento. Conjugada à Avaliação de Término de Curso, possibilita visualizar a evolução dos efeitos ao longo do tempo. Tanto a Avaliação de Término de Curso quanto a Avaliação de Egressos buscam, ainda, identificar as condições de suporte oferecidas para que o servidor possa aplicar, no trabalho, os conhecimentos aprendidos no curso.

- Seminário de Revisão do Projeto Pedagógico do MBA em Governança Legislativa.

Após a oferta da sua 1ª edição, o MBA em Governança Legislativa teve seu projeto pedagógico revisado por meio da realização de um seminário específico para esse fim. O evento aconteceu em novembro de 2015 e contou com a participação de 31 pessoas, entre alunos, facilitadores, monitores, orientadores, componentes das bancas e coordenadores do curso. Com base no projeto pedagógico original, na experiência de realização do curso e nas avaliações aplicadas, o grupo avaliou sugestões de aperfeiçoamentos em cinco temas principais: as semanas intensivas, as disciplinas e conteúdos, o trabalho de conclusão de curso, as sessões de defesa e tema livre. Essas discussões foram dirigidas em formato de word café e geraram relatórios propositivos com vistas à construção do projeto pedagógico revisado para oferta do MBA 2ª edição possivelmente a partir do 2º semestre de 2016.

- Além das etapas acima do Fluxo de Avaliação de Cursos, foi realizada a avaliação da VI Jornada de Pesquisa e Extensão. O relatório foi apresentado à coordenação e à direção do Cefor.

MESTRADO

As etapas de levantamento do perfil da turma, de avaliação de disciplinas e de avaliação docente, além da avaliação de infraestrutura (descrita em item próprio abaixo) foram aplicadas ao Mestrado Profissional em Poder Legislativo.

No ano de 2015 foi iniciada a quarta turma do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, com ingresso de 18 alunos regulares no segundo semestre.

Novamente, o perfil da turma se caracterizou pelo predomínio de servidores efetivos da Câmara dos Deputados, representando 78% dos ingressantes. Três alunos eram oriundos do Senado e um da Anatel. A presença feminina é majoritária (61% da turma), o que inverte tendência observada nas três turmas anteriores do Mestrado, com presença média acima de 70% de alunos do sexo masculino. A

idade média da turma é de 35 anos, com 6 anos de tempo de trabalho médio na instituição, números abaixo da média do Programa. Dos alunos servidores da Câmara dos Deputados, a maior parcela (64%) está lotada em órgãos da área legislativa. A formação acadêmica dos alunos é diversificada, com cursos de graduação em Direito, Administração, Ciência Política, Comunicação Social e Contabilidade, entre outros. Quase a totalidade da turma (94%) possui especialização, em áreas como Gestão, Direito, Processo Legislativo e outras.

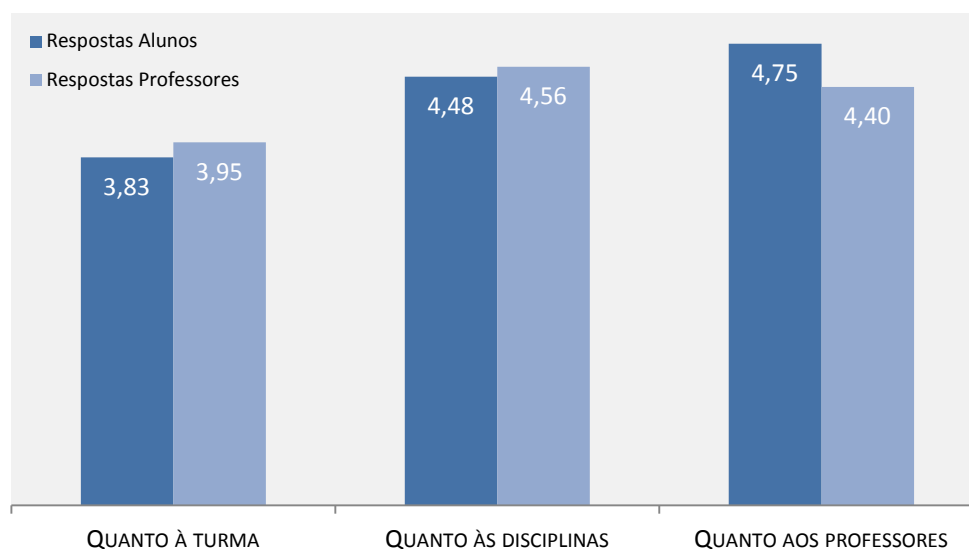
As avaliações de disciplinas e as avaliações docentes foram aplicadas ao fim do primeiro e do segundo semestres de 2015, totalizando 17 disciplinas e 140 formulários respondidos. São três as categorias avaliadas: QUANTO À TURMA, QUANTO ÀS DISCIPLINAS e QUANTO AOS PROFESSORES. Cada categoria possui indicadores específicos, que são pontuados pelos respondentes em escala crescente de 1 a 5, representando respostas entre péssimo e excelente.

Os resultados da avaliação de cursos aplicada ao Mestrado Profissional em Poder Legislativo indicam tratar de curso que vem alcançando excelente aceitação por parte de sua clientela – alunos e professores. Com efeito, as médias das pontuações obtidas na maior parte dos itens avaliados durante o período letivo de 2015 se aproximam ou superaram a nota 4, em escala que varia de 1 a 5, demonstrando alto nível de satisfação.

A categoria melhor avaliada pelos alunos foi QUANTO AOS PROFESSORES, como apresentado no Gráfico 19. Já os docentes avaliaram com maior pontuação média a categoria QUANTO ÀS DISCIPLINAS.

Esse padrão das categorias melhor avaliadas e das pontuações próximas ou acima de 4 vem se repetindo nas avaliações aplicadas no Mestrado, demonstrando consistência das respostas ao longo do tempo.

Gráfico 19: Mestrado - Resultados por categoria
2015



A categoria que apresentou pontuação média mais baixa foi QUANTO À TURMA, especialmente influenciada pelo indicador CONHECIMENTOS PRÉVIOS PARA ACOMPANHAMENTO DA DISCIPLINA. Esse item recebeu as pontuações médias mais baixas da avaliação, tanto de alunos (3,43) quanto de professores (3,54). Questões

como pouco tempo para se dedicar às leituras, resultando em baixo desempenho em sala de aula quando essas leituras prévias eram exigidas, foram citadas como justificativas para esses resultados.

Outro indicador que apresentou evidências de ajustes foi COMPATIBILIDADE DA CARGA HORÁRIA COM O CONTEÚDO, pertencente à categoria QUANTO ÀS DISCIPLINAS. Alguns alunos e professores entendem que determinadas disciplinas necessitam de maior carga horária para abordagem do conteúdo proposto. Esse tipo de resultado é, muitas vezes, justificado pela complexidade dos temas tratados em algumas disciplinas no nível de mestrado, bem como pela quantidade e profundidade de textos propostos para leitura. A coordenação tem orientado os professores no sentido de balancear a proposta da disciplina em relação à carga horária definida. Como há liberdade dos professores para preparação do conteúdo, partindo da ementa definida, essas questões estarão continuamente presentes no planejamento e na execução das disciplinas.

ESPECIALIZAÇÃO

Da mesma forma que no Mestrado, as etapas de levantamento do perfil da turma, de avaliação de disciplinas e de avaliação docente, além da avaliação de infraestrutura (descrita em item próprio abaixo) foram aplicadas aos três cursos de especialização em andamento durante o ano de 2015: MBA em Governança Legislativa, Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL) e Especialização em Parlamento e Direito (PD). No MBA foram avaliadas as disciplinas do 2º período letivo, enquanto no CPL foram avaliadas as disciplinas realizadas no primeiro semestre letivo do curso. A avaliação da atividade de orientação e a avaliação de término de curso foram aplicadas ao curso PD, que encerrou em 2015.

Com o início do curso CPL em 2015, ingressaram 30 novos alunos no nível lato sensu. O perfil da turma se caracterizou pelo predomínio de servidores da Câmara dos Deputados, com maior quantidade de ocupantes de cargos de livre nomeação (Secretários Parlamentares e Cargos de Natureza Especial – CNEs). A presença feminina é majoritária (63% da turma), diferentemente da média geral dos cursos de especialização do Programa, e a idade média dos alunos é de 35 anos, abaixo da média de todos os cursos do Programa, que alcança 39 anos. A maioria (76%) dos alunos servidores da CD está lotada em órgãos da área legislativa da Casa, com grande participação de servidores de gabinetes parlamentares. A turma possui formação concentrada na área de Comunicação Social, como seria de se esperar tendo em vista o campo temático do curso. A grande maioria dos cursos de graduação informados pelos alunos foi Jornalismo, seguido de Relações Públicas.

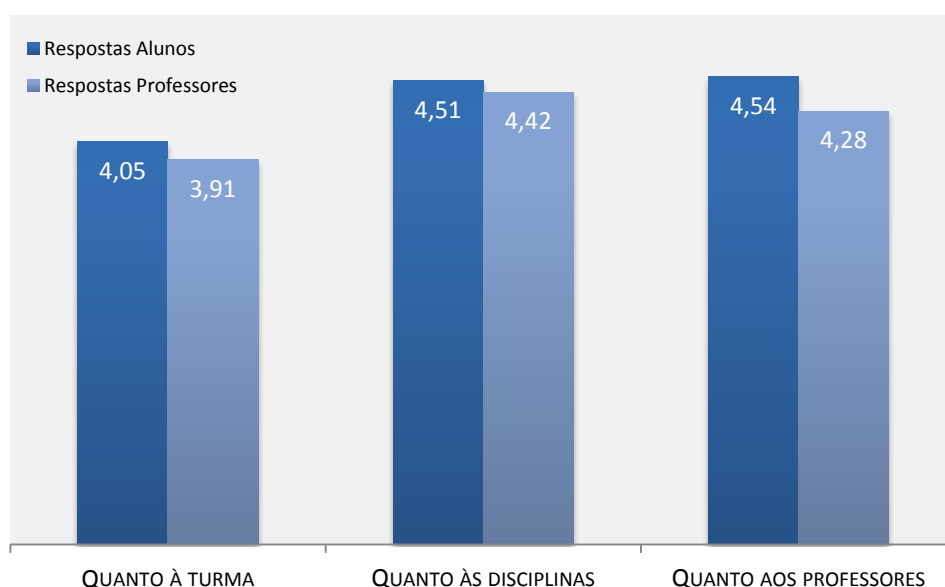
As avaliações de disciplinas e as avaliações docentes foram aplicadas ao fim do primeiro e do segundo semestre de 2015, totalizando 11 disciplinas e 280 formulários respondidos. A metodologia é semelhante à da avaliação aplicada ao Mestrado. Da mesma forma, são três as categorias avaliadas: QUANTO À TURMA, QUANTO ÀS DISCIPLINAS e QUANTO AOS PROFESSORES. Cada categoria possui itens específicos, que são pontuados pelos respondentes em escala crescente de 1 a 5, representando respostas entre péssimo e excelente.

Da mesma forma que no Mestrado, os resultados da avaliação de cursos aplicada aos cursos de especialização realizados em 2015 indicam excelente aceitação por parte da clientela – alunos e professores. Com efeito, as médias das pontuações obtidas na maior parte dos itens avaliados superaram a nota 4, em escala que varia de 1 a 5, demonstrando alto nível de satisfação.

Os resultados por categoria estão representados no Gráfico 20. Repetindo os resultados do Mestrado, a categoria melhor avaliada pelos alunos foi QUANTO AOS PROFESSORES, e a categoria melhor avaliada pelos docentes foi QUANTO ÀS DISCIPLINAS.

Esse padrão das categorias melhor avaliadas e das pontuações próximas ou acima de 4 também vem se repetindo nas avaliações aplicadas nos cursos de especialização, demonstrando consistência das respostas ao longo do tempo.

Gráfico 20: Especialização - Resultados por categoria
2015



Também repetindo o que foi verificado no Mestrado, a categoria que apresentou pontuação média mais baixa foi QUANTO À TURMA, especialmente influenciada pelo indicador CONHECIMENTOS PRÉVIOS PARA ACOMPANHAMENTO DA DISCIPLINA. Esse item recebeu as pontuações médias mais baixas da avaliação, especialmente dos alunos (3,27), mas também dos professores (3,68). Não houve comentários sobre que conhecimentos específicos estariam sendo identificados como lacunas. Com vistas a minimizar esse impacto, a coordenação tem inserido disciplinas a distância com o objetivo de nivelamento da turma para os conteúdos tratados no curso.

Como um padrão que se repete, a qualidade do corpo docente é apontada como um dos principais pontos fortes dos cursos próprios de especialização, tendo essa categoria recebido a pontuação mais alta nas avaliações dos alunos. O indicador RELAÇÕES INTERPESSOAIS foi o melhor avaliado, seguido de DOMÍNIO DO CONTEÚDO. Já o indicador DIDÁTICA, apesar de ter recebido pontuações elevadas de alunos (4,40) e professores (3,96), foi o que gerou maior quantidade de indicativos de melhoria no campo relativo à pergunta aberta QUE COMPETÊNCIA(S) O PROFESSOR

NECESSITA APRIMORAR OU ADQUIRIR? Foram citados pontos como preparação de powerpoint, oratória, utilização de equipamentos em sala de aula, capacitação para operar o ambiente virtual de aprendizagem (moodle), aperfeiçoamento da avaliação de aprendizagem, entre outros. Apresenta-se, assim, a oportunidade da oferta de capacitação específica aos professores do Programa, voltada ao aperfeiçoamento de práticas e metodologias de ensino, utilização de novas tecnologias educacionais, avaliação da aprendizagem, atuação em novos contextos e outros temas comuns ao trabalho docente. Nesse sentido, o Cefor implementou, em 2015, o Programa de Educação Continuada para Educadores (PEC Educadores), que visa desenvolver competências essenciais dos docentes, promover o aperfeiçoamento didático e pedagógico por meio da oferta de oportunidades de capacitação continuada e criar rede de educadores a serviço da democracia. Em 2015 foram oferecidas cinco ações educacionais, com a participação de 124 educadores.

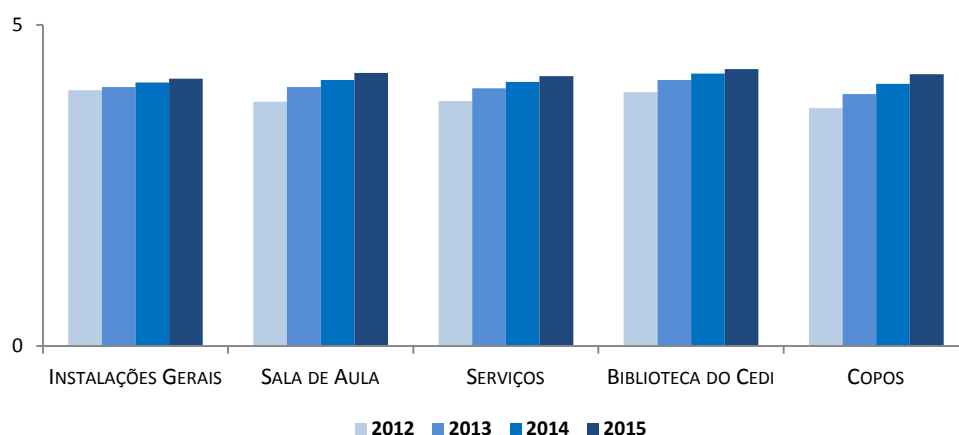
INFRAESTRUTURA

O presente relatório consolida os resultados das coletas de dados realizadas em quatro momentos distintos: julho/2012, junho/2013, julho/2014 e julho/2015. No total, foram aplicados 262 formulários, com índice de retorno de 53%.

Os formulários são eletrônicos e aplicados ao final de cada semestre letivo aos professores e alunos dos cursos em andamento. Os respondentes avaliam os indicadores assinalando sua percepção com base em escala crescente de 1 a 5, representando respostas entre péssimo e excelente. Para cada indicador existe a opção NÃO SE APLICA OU NÃO SEI. As respostas que assinalam essa opção não são consideradas nos cálculos estatísticos, porém são devidamente registradas. Ao final do formulário, é disponibilizado espaço para registro de comentários, críticas ou sugestões dos respondentes.

Em vários indicadores da pesquisa houve evolução positiva dos resultados obtidos, o que parece demonstrar a crescente percepção das condições favoráveis da infraestrutura oferecida. A Biblioteca do Centro de Documentação e Informação (Cedi), da Câmara dos Deputados, permanece como categoria melhor avaliada pelo terceiro ano consecutivo, mostrando a qualidade dos produtos e serviços oferecidos. O Gráfico 21 apresenta essa evolução.

Gráfico 21: Avaliação de infraestrutura - resultados por categoria
2012 - 2015



Os indicadores melhor avaliados na pesquisa geral foram, em ordem decrescente de pontuação: PRÉDIO DO CEFOR, LIMPEZA DO CEFOR, ATENDIMENTO PRESTADO PELO COORDENADOR DA COPOS, ATENDIMENTO PRESTADO PELOS SERVIDORES DA COPOS, ATENDIMENTO DA BIBLIOTECA (CEDI), SEGURANÇA DO CEFOR E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA COPOS.

Os indicadores que apontam necessidades de melhoria, em ordem decrescente de pontuação, foram: CLIMATIZAÇÃO DA SALA DE AULA DO CEFOR, PÁGINA DA INTERNET/INTRANET DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO, REDE WI-FI DO CEFOR, ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA DO CEFOR, ATENDIMENTO MÉDICO DE EMERGÊNCIA, AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (MOODLE) E LANCHONETE SENAC (CEFOR).

No último período (jul/2015) também foram coletados dados relativos especificamente ao MBA em Governança Legislativa. Parte do curso foi realizada em local externo ao Cefor, no Hotel St. Paul, localizado no Setor Hoteleiro Sul, em Brasília. Assim, foi possível comparar as condições de infraestrutura oferecidas nos dois espaços. Nas três categorias, as condições da Câmara dos Deputados (Cefor) foram mais bem avaliadas, de uma forma geral, que as do Hotel St. Paul. Entretanto, alguns indicadores foram mais favoravelmente percebidos no ambiente do hotel. O indicador melhor avaliado foi RESTAURANTE DO HOTEL ST. PAUL. Já o indicador ESTACIONAMENTO DO HOTEL ST. PAUL obteve a média mais baixa de toda a pesquisa.

Os resultados demonstram que a infraestrutura oferecida mais diretamente pelo Cefor, e pela Câmara dos Deputados de uma forma geral, atendem às expectativas da clientela – alunos e professores. Essa avaliação fica clara na medida em que todas as categorias receberam pontuação média acima de 4, em escala de 1 a 5. Ressalte-se que o horizonte de tempo que os resultados representam, de quatro anos, reforça o impacto da avaliação positiva. Outra constatação é a da elevação consistente dos resultados médios obtidos em todas as categorias, configurando percepção mais positiva, ao longo do tempo, da infraestrutura oferecida ao público dos cursos.

Com efeito, as instalações do Cefor foram ampliadas em 2007, quando passou a ocupar sede própria em Complexo Avançado da Câmara dos Deputados. O prédio foi planejado e construído para oferecer oportunidades de educação legislativa, com atenção aos modernos recursos para as práticas educativas, além de se constituir num espaço para atividades culturais. A seguinte estrutura física está disponível:

- 7 salas de aula, providas de cadeiras universitárias, com capacidades variadas entre 15 e 50 alunos;
- 3 laboratórios de informática, providas de microcomputadores individuais, com capacidades variadas entre 12 e 24 alunos;
- 1 auditório com capacidade para 122 pessoas, com cabine de áudio e vídeo de operação completa;
- 1 sala para reuniões com capacidade para 13 pessoas;

Todas as salas e laboratórios do Cefor são equipados com ar-condicionado, relógio com medição de temperatura ambiente, quadro branco magnético, apontador elétrico, projetor, tela de projeção, cortinas e microcomputadores. Também estão disponíveis os seguintes recursos materiais, instrucionais e de apoio: videocassetes, flip charters, DVDs, microfones, materiais de escritório, água

e café. Para a manutenção e organização dos bens e dos materiais instrucionais do Cefor, há um setor responsável, coordenado por servidor efetivo da Casa e composto por corpo técnico de dois administradores, dois técnicos de audiovisual, dois técnicos de informática, dois carregadores, quatro copeiras e 16 funcionários de limpeza.

Como integrante da estrutura administrativa da Câmara dos Deputados, o Cefor não dispõe de orçamento individualizado. Todavia, as atividades são financiadas pelo orçamento da Câmara dos Deputados, que possui rubrica denominada Capacitação de Recursos Humanos, cujo valor, no exercício de 2015, corresponde à soma de 4,4 milhões de reais.

A avaliação mais positiva para a categoria BIBLIOTECA DO CEDI confirma a qualidade dessa estrutura colocada à disposição dos alunos e professores. A Câmara dos Deputados possui o Centro de Documentação e Informação (Cedi), que congrega a biblioteca, o arquivo, a central de atendimento, os estudos legislativos, as publicações e a conservação e preservação de bens culturais. Sendo um dos mais modernos centros de informação e documentação do país, o Cedi ocupa quatro andares do Anexo II da Câmara dos Deputados, três dos quais, com cerca de três mil metros quadrados, correspondem às instalações da Biblioteca Pedro Aleixo. Atualmente, a Biblioteca dispõe na rubrica de livros de cerca de 300 mil volumes, incluindo 4 mil de obras raras de grande valor histórico, que datam desde o século XVI, em que se contam, também, muitas publicações de organismos internacionais. Também possui 3.500 títulos de periódicos nacionais e estrangeiros, além de coleção dos principais jornais do País e arquivo de recorte de jornais e revistas. Conta, ainda, com uma seção especial de multimeios, que reúne mapas, microfilmes, fitas de vídeo, DVD-ROMs e CD-ROMs. Totalmente informatizada, a Biblioteca integra a rede cooperativa de bibliotecas, coordenada pela Biblioteca do Senado Federal, e utiliza o Automated Library Expanded Program (ALEPH) como software gerenciador de suas atividades técnicas. Participa também do Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN), coordenado pelo Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT). Entre as várias bases de dados que disponibiliza destacam-se a Juris Síntese Millennium, que contém os textos integrais da legislação federal brasileira, e a Proquest Academic Research Library, base de dados de periódicos de língua inglesa nas diversas áreas de conhecimento.

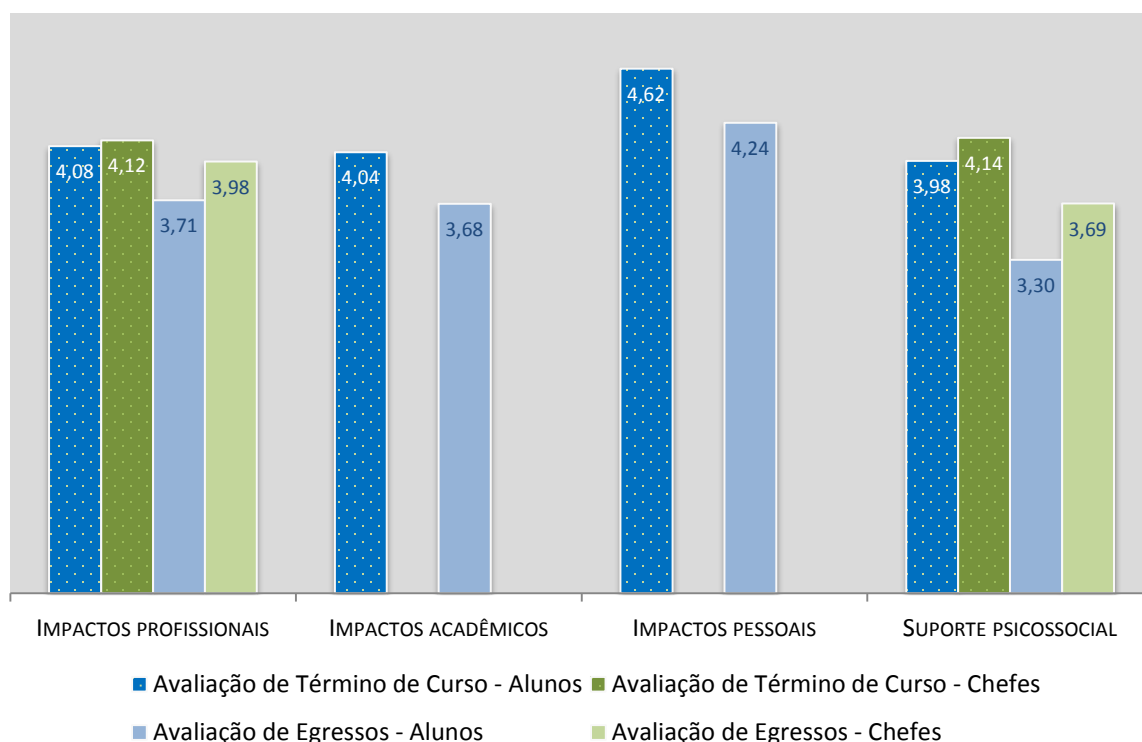
Os indicadores que receberam pior pontuação revelam os pontos da infraestrutura que realmente apresentam oportunidades de melhoria, apesar de atenderem de forma satisfatória às necessidades: LANCHONETE SENAC, ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA, CLIMATIZAÇÃO, REDE WI-FI, PÁGINA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO NA INTERNET/INTRANET e AMBIENTE VIRTUAL (MOODLE). No prédio do Cefor, a lanchonete é terceirizada e os espaços de convivência para alunos e professores não são adequados para determinadas atividades. Não há, por exemplo, sala específica de estudo para alunos. Parte do corpo de professores do Mestrado possui uma sala de trabalho no Cefor. Reuniões com alunos são realizadas em salas próprias mediante agendamento prévio. A climatização está disponível em todas as salas de aula, porém o controle de temperatura é restrito. A rede wi-fi pode ser acessada em todos os espaços da Câmara dos Deputados, inclusive no Cefor, e tem sido melhorada. A página do Programa na internet/intranet é acessível, porém está condicionada a regras gerais da Câmara dos Deputados, reduzindo sua flexibilidade. Todos os cursos são apoiados pelo ambiente virtual (Moodle), entretanto sua utilização por alunos e professores está abaixo da potencialidade.

A Avaliação de Impacto é aplicada em dois momentos distintos: imediatamente após a realização das defesas (Avaliação de Término de Curso) e dois anos após o encerramento do curso (Avaliação de Egressos), o que possibilita visualizar a evolução dos efeitos ao longo do tempo. Tanto os alunos dos cursos quanto seus chefes imediatos participam das avaliações, proporcionando visão heterogênea e de alcance mais apurado.

Em 2015 foi realizada a Avaliação de Término de Curso do MBA em Governança Legislativa e do Curso de Especialização em Parlamento e Direito (PD). Foi também realizada a Avaliação de Egressos do Curso de Especialização em Processo Legislativo (PL 4ª edição), do Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo (IP 4ª edição) e do Curso de Especialização em Política e Representação Parlamentar (PRP 2ª edição). Os resultados apresentados a seguir consolidam a avaliação desses cinco cursos.

O Gráfico 22 demonstra que, dentre as três categorias de impacto avaliadas (IMPACTOS PROFISSIONAIS, ACADÊMICOS E PESSOAIS), OS IMPACTOS PESSOAIS apresentaram média maior. Os chefes imediatos dos alunos avaliam apenas a categoria IMPACTOS PROFISSIONAIS. As percepções de impacto e de suporte para aplicação do conhecimento diminuem no decorrer do tempo (em torno de 2 anos após o encerramento do curso), visto que as médias obtidas pelas categorias na Avaliação de Egressos é inferior às médias obtidas na Avaliação de Término de Curso. Essa tendência se traduz tanto nas percepções dos alunos quanto de seus chefes imediatos.

Gráfico 22: Avaliação de Impacto: Término de Curso e Egressos
2012 - 2015



A avaliação demonstra que os principais impactos dos cursos estão relacionados ao AUMENTO DA MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO, à POSSIBILIDADE DE INGRESSO OU CONTINUIDADE DE CARREIRA ACADÊMICA COMO PROFESSOR, ORIENTADOR OU PESQUISADOR, à AMPLIAÇÃO DOS CONHECIMENTOS GERAIS, ao CRESCIMENTO INDIVIDUAL COMO CIDADÃO e à CRIAÇÃO DE REDE DE CONTATOS PESSOAIS. Esses foram os indicadores que receberam as pontuações mais altas, sendo que a avaliação dos alunos quanto ao AUMENTO DA MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO foi corroborada pelos chefes imediatos.

Em termos de suporte psicossocial para a aplicação dos conhecimentos obtidos nos cursos, o indicador de destaque nas avaliações de alunos e professores foi quanto à EXPECTATIVA DE APROVEITAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO, NO TODO OU EM PARTE, PELA INSTITUIÇÃO OU PELA ÁREA DE TRABALHO. Esse resultado aponta para a importância percebida em relação às pesquisas realizadas pelos alunos durante os cursos, amplamente voltadas para questões que envolvem a Câmara dos Deputados e o Poder Legislativo de uma forma geral.

Dos cinco cursos avaliados, todos obtiveram média igual ou acima de 4,0 na Avaliação de Impacto. O Curso de Especialização em Parlamento e Direito (PD) foi o que obteve a média mais alta na avaliação (4,46), demonstrando maior percepção de impacto. Esse curso obteve as avaliações mais elevadas quanto aos IMPACTOS ACADÊMICOS E PESSOAIS, com médias de 4,57 e 4,75 respectivamente. Já o Curso de Especialização em Processo Legislativo (PL 4ª edição) foi o que alcançou maior média (4,08) em termos de IMPACTOS PROFISSIONAIS.

4. PLANEJAMENTO DE AÇÕES

O presente item espelha as cinco dimensões estabelecidas pelo Instrumento de Avaliação Institucional Externa, que subsidia o ato de credenciamento e credenciamento de escolas de governo para oferta de pós-graduação lato sensu, aprovado pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CES nº 295/2013, homologado pelo Ministro da Educação). Procura-se demonstrar aqui como os resultados do processo de autoavaliação são transformados em ações e integrados ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), de forma que levem ao desenvolvimento institucional e à ampliação da relevância social do Programa.

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A autoavaliação gera uma riqueza de indicadores e informações que são continuamente incorporadas pelo Programa nos cursos. Entre as ações previstas para melhorar essa dimensão, estão:

- Reforçar a cultura de avaliação traduzida pelo monitoramento contínuo dos cursos e apropriação dos resultados de forma a propiciar ações de melhoria das ofertas e de seus agentes.
- Apoiar o funcionamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e estruturar cronograma de reuniões com o objetivo de propor aperfeiçoamentos no projeto de autoavaliação institucional do Programa de Pós-Graduação, em primeiro lugar, e do Cefor, de forma mais ampla.
- Manter a política de oferta semestral de cursos de especialização próprios, voltados às demandas identificadas na sociedade e às necessidades de educação legislativa dos servidores da Câmara dos Deputados. Assegurar a coerência dos cursos propostos e oferecidos com a missão e os objetivos do Cefor e, por conseguinte, da Câmara dos Deputados.
- Aprimorar e reforçar a prática de avaliação em várias fases, culminando com o Seminário de Revisão do Projeto Pedagógico realizado após a primeira e a quinta ofertas de cada curso.
- Consumar a oferta de eventos abertos ao público com participação de professores, pesquisadores e especialistas de renome nacionais e internacionais.
- Favorecer o estabelecimento de acordos de cooperação acadêmicos com instituições internacionais com o objetivo de proporcionar oportunidades de intercâmbio de conhecimentos, ações de pesquisa, publicações e eventos.

GESTÃO INSTITUCIONAL

O Cefor subordina-se à Diretoria de Recursos Humanos da Câmara dos Deputados e segue as diretrizes da Política de Recursos Humanos da Instituição como um todo. A partir dos resultados das avaliações já realizadas, pretende-se implantar as seguintes ações:

- Revisar as Normas do Programa de Pós-Graduação do Cefor, instituídas pela Portaria nº 69, de 30/06/2005.
- Implantar sistema informatizado de registro acadêmico.
- Aprimorar as informações disponibilizadas na página do Programa de Pós-Graduação na Internet/Intranet e fazer gestões pela ampliação de sua acessibilidade à comunidade externa.

CORPO SOCIAL

Com relação ao corpo social, a partir dos resultados das avaliações, definem-se as seguintes ações a serem perseguidas:

- Ampliar ainda mais a participação de professores com titulação mestre/doutor nos cursos de especialização próprios.
- Oferecer oportunidades de desenvolvimento, formação e capacitação do corpo docente a partir das lacunas de competências indicadas nas avaliações de cursos.
- Oferecer oportunidades de desenvolvimento, formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.
- Incentivar a participação dos egressos nos GPEs, e como professores e orientadores nos cursos de especialização.
- Aprimorar e sistematizar a Política de Atendimento ao Discente.

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

- Reforçar a integração de novas tecnologias, especialmente vinculadas à educação a distância, à proposta pedagógica dos cursos ofertados.
- Atuar para a simplificação e a otimização dos processos seletivos de alunos, visando proporcionar maior atratividade e adequação das turmas selecionadas.
- Ampliar as formas de divulgação das ofertas de cursos, visando alcançar mais efetivamente servidores da Câmara dos Deputados, de órgãos parceiros e o público em geral.

INFRAESTRUTURA

As questões de infraestrutura, como demonstrado na avaliação específica, atendem às necessidades institucionais. Não obstante, as seguintes ações são planejadas para seu desenvolvimento:

- Ampliar a parceria com a Biblioteca, de modo a melhorar a forma de disponibilização dos conteúdos indicados pelos professores para os alunos.
- Manter a política de revisão contínua dos quesitos de acessibilidade.

5. CONCLUSÕES

A Câmara dos Deputados, ao instituir seu Programa de Pós-Graduação, buscou se inserir em um novo contexto que caracteriza a atual sociedade do conhecimento, amplificada pela crescente tomada de consciência dos direitos de cidadania e pelas demandas dirigidas ao Legislativo ou a ele relacionadas. Voltado à sociedade como um todo, seu público mais direto constitui-se no universo de servidores das diversas casas do Legislativo brasileiro, sendo que boa parte deles se renova conjuntamente com a eleição periódica dos novos representantes políticos. Como se observa na prática, a formação desses servidores é, em certos casos, precária ou insuficiente para o exercício pleno de suas atividades profissionais.

O Programa de Pós-Graduação do Cefor tem, portanto, papel crucial na melhoria da formação dos servidores do Parlamento, não só no âmbito da Câmara dos Deputados, como também das outras casas legislativas do Brasil, oferecendo cursos de especialização e mestrado ao lado da produção e circulação de um conhecimento que é próprio do Parlamento.

Observe-se, ainda, que a inserção do Programa de Pós-Graduação do Cefor no contexto da produção acadêmica sobre o Legislativo acompanha o papel que a Câmara dos Deputados desempenha em relação às demais casas legislativas do País. Como instituição que abriga representantes de todos os cidadãos brasileiros, ela atua como catalisadora das suas congêneres estaduais e municipais, especialmente no que tange à produção legiferante e à representação democrática. De forma semelhante, o Cefor ocupa, no sistema de ensino que congrega a rede de escolas de governo das diversas casas parlamentares, *locus* privilegiado para agir como fomentadora da produção de saberes sobre o Legislativo, da divulgação desse conhecimento que lhe é peculiar e da formação continuada dos servidores dos legislativos federal, estadual e municipal.

O perfil do egresso do Programa configura-se a partir de quatro eixos interligados: competência técnica, criatividade, criticidade e compromisso ético. O eixo da competência técnica determina o domínio de mecanismos e instrumentos de sua atuação profissional no Parlamento em processo de contínuo aprimoramento. O eixo da criatividade leva ao desenvolvimento de saberes e recursos para o crescimento pessoal e fortalecimento institucional. O eixo da criticidade está centrado sobre a compreensão do ambiente institucional e sociocultural como historicamente constituídos, devendo, por isso, ser estimulada a capacidade em se diagnosticar e identificar as oportunidades e ameaças. O eixo do compromisso ético articula princípios éticos do servidor público com a compreensão das dimensões do ser humano e a solidariedade interpessoal, institucional e social.

Diante desse contexto e desde o início de suas atividades, o Programa de Pós-Graduação do Cefor implementou amplo e completo processo de avaliação, ainda que não fosse exigência legal naquele momento, enquanto detinha a categoria de instituição especialmente credenciada. A busca do aperfeiçoamento foi pautada por essa avaliação contínua e abrangente – disciplinas, docentes, discentes, infraestrutura, egressos.

Ao longo dos anos, foram acrescentados novos ciclos e desenvolvidas novas práticas, como, por exemplo, o envolvimento das chefias imediatas nas duas etapas da avaliação de impacto (término de curso e egressos), viabilizando as visões complementares da autoavaliação e da heteroavaliação. Além disso, foram criados indicadores para tornar o acompanhamento mais objetivo, como o Índice Candidato/Vaga, o Índice de Avaliação de Cursos, o Índice de Avaliação de Educadores e o Índice de Qualificação do Corpo Docente. Outros indicadores dos órgãos regulamentadores são acompanhados de forma sistemática. Todo o processo gerou acúmulo importante de dados e informações, que vêm sendo continuamente utilizados no desenvolvimento do Programa.

Foi a partir dessa retroalimentação das práticas tendo como referência os sinais do sistema de avaliação que o Programa pôde avançar para credenciar o Mestrado Profissional em Poder Legislativo. A partir de sua criação e do ingresso do Programa no sistema de avaliação da pós-graduação nacional, coordenado pela Capes, houve ainda novos avanços na avaliação institucional.

Com o resultado positivo da avaliação externa realizada pelo MEC, esperam-se ainda novos aperfeiçoamentos, como a adaptação às dimensões do SINAES balizada pelo instrumento de avaliação específico das escolas de governo, a preparação de relatórios contínuos e a crescente apropriação de seus resultados, todas ações coordenadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). A atuação efetiva da CPA também deverá trazer novas e aprofundadas reflexões sobre o processo de avaliação, incorporando definitivamente a dimensão da meta-avaliação ao cotidiano institucional.

O objetivo final é promover o desenvolvimento institucional do Programa, mediante melhoria da qualidade da educação oferecida e expansão da sua oferta dentro do público a que se destina. Essa evolução irá gerar impactos positivos, na medida em que o processo avaliativo se consolidar, em áreas como a organização didático-pedagógica do Programa, a composição curricular dos cursos, os Grupos de Pesquisa e Extensão, a disseminação da produção intelectual, às questões de infraestrutura, entre outras. A principal evolução será dirigida aos públicos que compõe o Programa – os docentes, os discentes, os egressos, o corpo técnico-administrativo e, por extensão, a sociedade em geral.

Folder de divulgação da VI Jornada de Pesquisa e Extensão



I COLÓQUIO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS REFORMA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO

O PRAZO PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS
FOI PRORROGADO PARA 26/06/2015

OBJETIVO E ESCOPO

A Câmara dos Deputados, por meio do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), mantém cursos de especialização e mestrado próprios, bem como os Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs), produzindo conhecimento centrado no Poder Legislativo. Em 2015, o tema da VI Jornada será *Reforma Política e Participação*. De que reforma política fala a sociedade? Pode uma reforma política aumentar a qualidade da democracia no Brasil? São algumas das perguntas que deverão orientar as discussões ao longo do evento. Simultaneamente à VI Jornada, será realizado o I Colóquio de Estudos Legislativos da Câmara dos Deputados, com trabalhos especificamente direcionados a estudos da área.

LINHAS DE PESQUISA

Além do tema central, o escopo da Jornada inclui os seguintes tópicos:

Gestão Pública no Poder Legislativo

Gestão Pública Legislativa
Estrutura e Funcionamento da Casa Legislativa
Relações Interpessoais e Interinstitucionais
Atividades Profissionais no Parlamento

Processos Políticos do Poder Legislativo

Processo Legislativo
Função Legiferante
Relações entre os Três Poderes
Controle e Fiscalização da Administração Pública
Representação e Representatividade do Parlamentar

Política Institucional do Poder Legislativo

Democracia e Fortalecimento do Parlamento
Participação e Representação da Sociedade
Comunicação e Educação para Democracia

PÚBLICO-ALVO

Membros dos GPEs, comunidade da Câmara dos Deputados e comunidade acadêmica.

SUBMISSÕES DE RESUMO

Os interessados em submeter seus trabalhos deverão se inscrever até a data final de chamada de trabalhos, conforme normas descritas em <https://soac.camara.gov.br>.

SOBRE OS RESUMOS

Poderão ser submetidos trabalhos resultantes das pesquisas desenvolvidas no âmbito dos Grupos de Pesquisa e Extensão ou decorrentes de cursos de pós-graduação. Os interessados deverão preencher o formulário disponível na página da pós-graduação/GPE, no qual haverá campo específico para a inserção do resumo estendido, com no máximo 500 palavras. Os resumos serão submetidos ao processo de blind review. Posteriormente à avaliação, os autores serão informados quanto ao aceite do trabalho. Os trabalhos aceitos serão publicados no Caderno de Resumos da Jornada. No momento da submissão, deve ser indicado se o trabalho dedica-se à VI Jornada de Pesquisa e Extensão ou ao I Colóquio de Estudos Legislativos.

A submissão do trabalho está vinculada à inscrição do responsável ou primeiro autor pela sua apresentação oral durante o evento. Para que haja maior afinidade temática entre os trabalhos apresentados nas mesas redondas, ao fazer a inscrição, o autor deverá optar por uma linha de pesquisa/tópico que servirá de base para a composição dos grupos de apresentação.

INSCRIÇÕES GERAIS

As inscrições para participar do evento devem ser feitas gratuitamente no endereço <https://soac.camara.gov.br>, de 5/8 a 4/9/15.

DATAS IMPORTANTES

Chamada de trabalhos
13/04 a 26/06
Comunicação de aceite
13/07
Preparação do resumo final
13/07 a 24/07
Divulgação da programação
03/08
Inscrições gerais
05/08 a 04/09

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO PRÉVIA, COM OS NOMES JÁ CONFIRMADOS

14 de setembro	15 de setembro
Manhã	Manhã
9h-10h Credenciamento e Abertura oficial	9h - 10h Conferência de Abertura I Colóquio – Reforma Política: Executivo, Legislativo e Sociedade ANDRÉ MARENCO – UFRGS CLÁUDIO COUTO – FGV FABIANO SANTOS – IESP/UERJ
Intervalo	Intervalo
10h15 – 12h Conferência de Abertura – Reforma Política e Participação JEFFREY KARP – UNIVERSITY OF EXETER (UK)	10h15 – 12h15 Mesa Temática Colóquio – Reforma Política e Parlamento: partidos, eleições e representação ANA LUIZA BACKES – CÂMARA DOS DEPUTADOS JAIR NICOLAU – UFRJ
Tarde	Tarde
14h – 16h Mesa Temática I – De que reforma política fala a sociedade? FÁTIMA ANASTASIA – UFMG MARCELO LAVENÈRE MACHADO – OAB	14h – 16h Mesas Redondas Colóquio Mesas Redondas Jornada
Intervalo	Intervalo
16h30 – 18h Mesa Temática II – Pode uma reforma política aumentar a qualidade da democracia no Brasil? CARLOS RANULFO – UFMG FÁBIO WANDERLEY REIS – UFMG LÚCIO RENNO – UNB	16h30 – 18h Conferência de Encerramento Reforma Política e construção coletiva de políticas públicas: a experiência do projeto Plataforma Brasil FABIANO SANTOS – IESP/UERJ RONALDO LEMOS – ITS

COMITÊ ORGANIZADOR

Malena Rehbein Rodrigues (Presidência)
Antonio Teixeira de Barros
Cristiane Brum Bernardes
Gustavo Warzocha Cruvinel
Mariana Silva Abreu
Ricardo Pereira Dias

COMITÊ ORGANIZADOR DO COLÓQUIO

Fabiano Guilherme Mendes Santos (Presidência)

COMITÊ CIENTÍFICO

Ricardo de João Braga
João Ricardo Carvalho de Souza
Maurício Schneider
Cristiano Fern
João Luis Pereira Marciano
Fábio de Barros Correia Gomes
Leonardo Augusto de Andrade Barbosa

CONTATOS

Coordenação de Pós-Graduação
55 (61) 3216-7685
copos.cefor@camara.leg.br
Câmara dos Deputados
Via N3 - Projeto L
Setor de Garagens Ministeriais Norte - SGMN
Complexo Avançado da Câmara dos Deputados
Bloco B, Sala 17
70160-900 – Brasília/DF

ANEXO II

Capa da edição nº 18 da Revista E-Legis



[CAPA](#) [SOBRE](#) [ACESSO](#) [CADASTRO](#) [PESQUISA](#) [ATUAL](#) [ANTERIORES](#) [NOTÍCIAS](#)

[Ajuda do sistema](#)

USUÁRIO
Login:
Senha:
☐ Lembrar usuário

PALAVRAS-CHAVE
[Cidadania](#) [Comissão de Legislação Participativa](#)
[Congresso Nacional](#) [Câmara dos](#)
[Deputados](#) [Democracia](#) [Educação](#)
[Educação Política](#) [Estado e governo](#) [Lei de Acesso à](#)
[Informação](#) [Mecanismos](#) [Parlamento](#) [Poder Executivo](#)
[Poder Legislativo](#) [Políticas Públicas](#)
[Processo Decisório](#) [Processo Legislativo](#)
[cidadania](#) [democracia](#) [poder executivo](#) [PROCESSO](#)
[legislativo](#) [representatividade](#)

Sumário

Editorial



EDITORIAL
Antonio Teixeira de Barros

PDF
3-4

Expediente

[EXPEDIENTE](#)

PDF
5

Artigo de Autor Convidado

[MINDING THE GAP BETWEEN EXPECTATIONS AND PERCEPTIONS OF DEMOCRACY](#)
Todd Donovan, Jeffrey Karp

PDF
7-32

Artigos

[EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO: UMA ABORDAGEM EXPLORATÓRIA](#)
Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt

PDF
33-50

[CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ACERCA DO DECRETO Nº 8.243/2014 \(PARTICIPACÃO SOCIAL\)](#)
Ronaldo Quintanilha da Silva

PDF
51-79

[REDES DE DOADORES E FINANCIAMENTO POLÍTICO EM 2014: DISTINGUINDO DOAÇÕES PARA CANDIDATOS, PARTIDOS E COMITÊS FINANCEIROS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS](#)
Emerson Unzú Cervi, Rodrigo Rossi Horochovski, Ivan Jairo Junkes

PDF
80-100

[DA GÊNESE AO FUNCIONAMENTO DE UMA COMISSÃO PERMANENTE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS](#)
Thais Teixeira Santos

PDF
101-119

Relatos de Experiências

[ADEQUAÇÃO DO CONTEÚDO DO PLENARÍNHO A SEU PÚBLICO-ALVO – 7 A 14 ANOS](#)
Adriana Magalhães Alves de Melo, Ana Cláudia Elery Lustosa da Costa

PDF
120-134

